PROJETO UFMM - Versão final

PROJETO

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA MESOMERCOSUL (UFMM)

FLORIANÓPOLIS -SC, AGOSTO DE 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA MESOMERCOSUL(UFMM)Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nr.
356/GR/2006Valdir Soldi (Coordenador) – UFSC
Elizabeth Simão Flausino – UFSC
Pedro Antônio de Melo – UFSC
Sérgio Roberto Pinto da Luz – UFSC
Clotilde Maria Ternes Ceccato – UFSC
Célio Wessler Boneti – Fórum da Mesorregião (PR)
Zeferino Perin – Fórum da Mesorregião (RS)
Luciane Maria Carminati – Assessora Parlamentar (SC)

FLORIANÓPOLIS -SC, AGOSTO DE 2007.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	4
APRESENTAÇÃO	5
1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	8
1.1 A Educação Superior na Região Sul.....	10
1.2 Ensino Superior Federal na Macrorregião Sul.....	11
1.3 Ensino Superior Público Federal na Mesomercosul.....	12
2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DA REGIÃO SUL.....	16
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL –PNDR.....	16
2.2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL NO CONTEXTO DA PNDR.....	17
3 IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PARA A MESORREGIÃO.....	20
3.1 O IMPACTO DA NOVA IFES NO DESENVOLVIMENTO MESORREGIONAL.....	22
4 LOCALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA MESORREGIÃO.....	25
4.1 LOCALIZAÇÃO DOS CAMPIS	25
5 ESTRUTURA ACADÊMICA	27
5.1 DIRETRIZES PARA A SELEÇÃO DOS CURSOS.....	27
5.2 ENSINO.....	28
5.2.1 Cursos de Graduação e Pós-Graduação.....	28
5.3 PESQUISA	30
5.4 EXTENSÃO	30
6 ESTRUTURA FÍSICA, PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO.....	33
7 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	35
7.1 QUADRO DE PESSOAL E GRATIFICAÇÕES.....	36
7.1.1 Detalhamento do Quadro de Pessoal e Gratificações	36
7.1.2 Criação de Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG).....	45
ANEXO I.....	48
ANEXO II.....	49
ANEXO III.....	59
LISTA DE QUADROS	
Quadro 1 – IFES da Macrorregião Sul.....	11
Quadro 2 -Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).....	29
Quadro 3 -Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Exatas, da Terra e Engenharia).....	29
Quadro 4 -Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Biológicas e da Saúde.....	29
Quadro 5 -Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Campus 2 -RS)..	29

PROJETO UFMM - Versão final

Quadro 6 - Cursos de Graduação e Pós-Graduação a Serem Implantados na Segunda Fase

- 5 a 10 Anos.....	30
Quadro 7 -Plano Plurianual de Implantação da UFMM.....	33
Quadro 8 -Previsão Orçamentária e Cronograma para Implantação dos Campi.....	34
Quadro 9 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Reitoria.....	36
Quadro 10 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento -PRAP.....	37
Quadro 11 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG.....	39
Quadro 12 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PRPE.....	40
Quadro 13 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHS.....	41
Quadro 14 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e da Terra – CTE.....	42
Quadro 15 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CBS.....	43
Quadro 16 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Campus 1 – RS.....	44
Quadro 17 – Criação de Cargos de Direção – CD.....	45
Quadro 18 – Criação de Funções Gratificadas – FG.....	45
Quadro 19 – Docentes	45
Quadro 20 – Relação de Cargos Técnico-Administrativos.....	46
Quadro 21 – Relação de Cargos Terceirizados.....	47
Quadro 22 – Quadro de Servidores da UFMM -Resumo.....	47

APRESENTAÇÃO

O presente projeto apresenta os subsídios, informações relevantes e proposta de criação da Universidade Federal da Mesomercosul (UFMM). Mais especificamente, são exibidos os diferentes aspectos relacionados com a caracterização da região quanto às necessidades de ensino público e gratuito, os impactos sociais e econômicos para o desenvolvimento regional, a demanda por cursos que atendam aos arranjos produtivos locais e regionais e custos iniciais de implantação.

O documento base inclui inicialmente uma análise da educação superior em nível de Brasil, da região Sul e da Mesorregião. Neste contexto, está claramente evidenciado que o Ensino Público Federal está praticamente ausente na Mesorregião.

Num segundo momento, foram abordados os aspectos associados às características e condições atuais de desenvolvimento (Plano de Desenvolvimento Regional) da Meso. A ênfase está na importância de uma Universidade Federal em termos dos impactos científico e tecnológico, sócio-econômico e cultural da Mesorregião.

A proposta inclui ainda sugestões de cursos que deverão ser criados e implementados em etapas nos próximos dez anos e que visam atender principalmente a demandas regionais e aos setores produtivos locais.

Finalmente, são incluídas as necessidades associadas à infra-estrutura física, administrativa e acadêmica.

HISTÓRICO

A iniciativa da criação da Universidade Federal da Mesomercosul (UFMM) teve suas origens nos movimentos sociais do Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, áreas geográficas que compõem o território da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, composta em sua totalidade por 385 municípios e de aproximadamente três milhões e setecentos mil habitantes.

Tais movimentos inicialmente tinham propostas individualizadas em cada Estado. Diante da sinalização do Ministério da Educação, segundo a qual o atendimento de pleitos de tamanha envergadura em cada um dos estados seria inviável, porém possível se articulados num pleito único, a iniciativa mudou de rumo. A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, já delimitada pela política nacional de Desenvolvimento Regional e já institucionalizada

6

mediante a criação do Fórum da Mesomercosul, passou então a se configurar como a base territorial e argumento para a implantação do referido projeto. Tanto é verdade que a produção de documentos sobre o tema, transcreviam 'in totum' ou tinham como referência as publicações do Fórum e de seus parceiros. É o que ocorre por ex., com a exposição de motivos do Projeto de Lei 6037/2005 de autoria do Deputado Cláudio Antônio Vignatti, propondo a criação da Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Na Assembléia Geral do Fórum ocorrida no dia 04 de maio de 2006, o tema foi pautado pelo próprio autor do Projeto de Lei anteriormente referido. O Fórum entendeu que se tratava de projeto estruturante da Mesorregião, de grande impacto no desenvolvimento econômico, social científico e tecnológico além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional da Macrorregião Sul ainda não contemplado com serviços desta natureza.

No final do mês de maio a Diretoria do Fórum foi convidada para integrar comissão formada por professores da Universidade Federal de Santa Catarina e representantes de movimentos sociais para a elaboração do projeto. A UFSC fora escolhida em virtude de indicação do Ministério da Educação onde estava alocada emenda parlamentar do Deputado Cláudio Antônio Vignatti com esta finalidade. Neste contexto foi criado um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria No. 356/GR/2006 da Universidade Federal de Santa Catarina, de 26 de maio de 2006, com a finalidade de elaborar projeto técnico da Universidade a ser criada.

Para dar conta da tarefa reuniões foram programadas durante o ano de 2006 e 2007 para discutir os componentes do projeto e as contribuições produzidas pelos membros da Comissão e dos debates realizados com diferentes segmentos da sociedade. Tais reuniões foram registradas em 12 atas.

O Projeto, em suas diferentes fases de elaboração, foi sempre levado à discussão nas reuniões gerais do Fórum, apresentado pelo Coordenador da Comissão, Professor Valdir Soldi da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim ocorreu na reunião do dia 22 de agosto de 2006, em Chapecó, quando foi apresentado o esboço do Projeto seguido de um debate em que os presentes tiveram ampla liberdade para se manifestar sobre o tema, questionar os elementos

PROJETO UFMF - Versão final

ainda iniciais do Projeto e recomendar que novos debates fossem realizados.

No dia 23 de novembro, em Erechim, novo debate foi realizado, assim registrado no informativo da Mesomercosul:

O Projeto da Universidade Federal da Mesomercosul vem sendo debatido em quase todas as reuniões e assembléias gerais do Fórum Mesomercosul. Na reunião realizada em Erechim, em novembro, o tema

foi explanado pelo professor da UFSC, Valdir Soldi, e contou com a contribuição de diversas autoridades ligadas ao ensino superior.

O palestrante falou sobre a política de educação e ensino e como está sendo a construção deste projeto. Segundo ele, o projeto não exclui as Universidades Comunitárias, mas será um instrumento para somar com as Comunitárias, especialmente em termos de pesquisa. Conforme falou, o desenvolvimento regional se dá pela pesquisa, ciência e tecnologia.

Nas várias manifestações do plenário, foi solicitado que se estude, paralelo ao projeto, o estabelecimento de uma política de ensino superior que contemple as estruturas já existentes (INFORMATIVO MESOMERCOSUL, 2006, p.6)

Ainda que não registrados na matéria, houve manifestações ardorosas em favor do projeto, bem como manifestações de que é impossível ser contra um projeto desta natureza, porém é fundamental preservar as estruturas de ensino superior que, a duras penas, as comunidades conseguiram desenvolver.

No mês de dezembro de 2006 em duas oportunidades foi apresentado e discutido o préprojeto com as entidades representativas dos movimentos sociais, parlamentares, entidades sindicais e empresariais, na cidade de Chapecó.

O tema foi novamente discutido na reunião realizada no dia 27 de janeiro em São Miguel das Missões, revelando por um lado a relevância do projeto, bem como o desejo de uma ampliação do debate e da abordagem do mesmo na perspectiva de uma política de ensino superior para a Mesomercosul.

Neste sentido, o Fórum constituiu-se num espaço plural e democrático para o debate do Projeto. O contraponto, vindo especialmente de representantes das Universidades Comunitárias que integram o Fórum, enfatizou o conceito do público que não necessariamente é sinônimo de estatal, entendendo que organizações sociais, mesmo que de Direito Privado, podem atender adequadamente ao interesse público.

Em síntese, os debates enriqueceram o projeto contribuindo, também, para o delineamento de uma política de ensino superior para a região da Grande Fronteira do Mercosul.

1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

No Brasil, a educação superior tem sido permeada por momentos que vão desde a demora na implementação dos primeiros cursos superiores até o controle, pelo crescimento excessivo do ensino privado nos últimos anos. A transferência da Família Real portuguesa foi

o marco na criação dos primeiros cursos superiores, no limiar do século XIX, nas áreas de Engenharia, Medicina e Jurídica. Entretanto, somente em 1920 surge a primeira universidade brasileira, instituída pelo Decreto nº 14.343, de 07/09/1920, sendo agrupadas a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito. Esta conjugação veio mais tarde a se denominar "Universidade do Brasil".

No período de 1920 a 1950, poucas universidades públicas foram criadas. Entre elas, pode-se destacar a UFMG, a UFRGS e a Universidade de São Paulo -USP, esta última criada em 1934, tornando-se oficialmente a primeira universidade brasileira a atender as normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades. Durante esse período, aparecem, também, algumas organizações confessionais, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas - PUCs.

No ano de 1954, o Brasil contava com 16 universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e onze mantidas pelos governos federal e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964, foram criadas mais 21 universidades, sendo cinco católicas e 16 estaduais. É nesse período que ocorre o processo de federalização do ensino superior brasileiro, e há maior desenvolvimento de instituições, tanto no âmbito público quanto privado. Com a promulgação da LDB em 1996, a expansão no setor privado foi vertiginosa, enquanto o setor público se manteve estagnado, deixando milhares de estudantes que não podiam pagar anuidades fora do sistema.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2004 demonstram que houve um expressivo aumento de vagas nos últimos 10 anos. Em 1994, estavam matriculados 1.661.034 estudantes e, em 2004, já somavam 4.163.733, um crescimento de 150,7%. Contudo, é o setor privado que explode e fica com a maior parcela, 71,7%, ou seja, 2.985.405 estudantes.

Se comprovada a máxima de que o futuro dos países em desenvolvimento depende da educação, e que ela deve ser competência do Estado, por envolver soberania nacional, qualidade de vida e liberdade de escolha dos indivíduos, a expansão, criação e interiorização

de universidades públicas podem representar o impulso que está faltando para o país projetar-se internacionalmente.

Porém, até este momento, mesmo que os números sejam representativos na sua evolução, a educação superior brasileira continua sendo elitista. Os dados do Censo da Educação Superior de 2004 mostram que, do total populacional de jovens com idade entre 18 e 24 anos (24.072.318), somente 10,4% conseguem ter acesso a essa modalidade educacional. Este percentual indica que um significativo número de estudantes egressos da educação média se perde pelo caminho, sem considerar aqueles que já se perderam no ensino fundamental. Neste quesito, o Brasil possui uma das piores taxas da América Latina.

O Governo do Presidente Lula retoma e amplia o processo de expansão e acesso ao setor público. O FIES foi redimensionado, e a partir de 2005, o PROUNI permitiu o acesso à universidade para mais de 130 mil jovens de baixa renda, que estudaram em escolas públicas, ou seja, jovens de camadas menos favorecidas da população estão ingressando no ensino

superior, permitindo a democratização do acesso.

A iniciativa mais recente do governo nesta área está na educação a distância, que promete incrementar a política de expansão da educação superior. Em 2003, o número de estudantes matriculados em cursos de graduação a distância somava 50 mil, um crescimento de 22,6% em relação ao ano de 2002, quando cerca de 41 mil alunos estavam matriculados nesta modalidade de ensino. O crescimento no número de concluintes foi de 133,9%, passando de 1,7 mil para quatro mil no mesmo período (INEP/MEC, 2003).

A Universidade Aberta do Brasil – UAB, lançada em 2006, é um projeto do governo federal em parceria com o Banco do Brasil envolvendo 18 estados e o Distrito Federal. Consiste em um pool de 17 universidades públicas que estão oferecendo, neste primeiro momento, em torno de 9.500 vagas no curso de Administração, e prometendo, para o ano de 2007, mais de 100 mil vagas (MEC, 2006).

Além disso, até o momento já foram criadas quatro novas universidades, e mais quarenta e dois campi provenientes das instituições já existentes estão em processo de implantação, promovendo uma dinâmica intensa pelo acesso à formação superior, o que poderá mudar a realidade educacional deste país. Há uma expectativa de que poderá se fazer cumprir o que estabelece o PNE, isto é, que até 2011, 30% da população entre 18 e 24 anos esteja na educação superior, o que representará um salto quantitativo considerável, se levada em conta a atual realidade.

A despeito das críticas elencadas à realidade educacional brasileira, dados mais recentes do MEC confirmam que, em nenhuma outra fase da história do país, tantas pessoas

freqüentaram a escola, em todos os níveis. Hoje estão matriculados 34.012.434 alunos no ensino fundamental, 9.169.357 no ensino médio, 4.163.733 no ensino superior, e este número continua crescendo,

O Brasil possui 2.013 instituições de ensino superior. Deste total, apenas 11,1% são públicas, enquanto 88,9% pertencem à iniciativa privada. As universidades somam 169, respondendo por apenas 8,4% do total das instituições, mas são responsáveis por 56,9% das matrículas e 56,2% dos cursos, ou seja, 10.475 dos 18.644 cursos de graduação presenciais.

1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUL

A educação superior brasileira sofreu um processo vigoroso de expansão nos últimos anos, todavia, este fato ocorreu principalmente no ensino privado, e basicamente com oferecimento de vagas no período noturno.

Isto revela um dado interessante e preocupante. As pessoas de menor poder aquisitivo, para poder se manter, durante o dia estão em atividades laborais e à noite dedicam-se aos estudos. É uma dupla jornada, mas, se, por um lado, o trabalho os sobrecarrega, do ponto de vista do cansaço físico, por outro, é a única alternativa que têm para freqüentar um curso de graduação, pois a universidade pública e gratuita, além de distante, é de difícil acesso à maioria dos cidadãos que não tiveram acesso a escolas com melhor qualidade.

Os dados do MEC/INEP (2003) mostram a realidade acima descrita: População Brasileira em 2003: 176.506.041 hab.; Total de Matrículas oferecidas no ensino superior: 3.887.022, sendo que, destas: 2.270.466 são matrículas no ensino noturno; Setor privado:

1.863.209 matrículas; Setor público: 407.257 matrículas.

A região Sul do Brasil, que compreende os estados do Paraná(PR), Santa Catarina(SC) e Rio Grande do Sul(RS), soma uma população de 25.107.616 habitantes, segundo Censo de 2000.

Na região Sul, também percebe-se um avanço na oferta de vagas destinadas ao ensino superior, entretanto, segue a mesma tendência da expansão de vagas do sistema nacional. Só para se ter uma idéia; das 30 maiores instituições em número de matrículas, em 2003, 05 instituições estão localizadas na região Sul, porém, apenas uma é federal (Universidade Federal do Rio Grande do Sul (em 26ª posição)), com 20.344 alunos. As outras 4 (quatro) são todas privadas e somam mais de 140.000 alunos.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul somam ao todo 745.164 matrículas, sendo que, em todos os três estados da federação, houve um aumento na última década, (1992/2003) que variou de 170% (PR e RS) a 239% (SC) (QUADRO 1).

1.2 ENSINO SUPERIOR FEDERAL NA MACRORREGIÃO SUL

A estrutura do ensino superior federal da região Sul compreende oito universidades federais, quatro centros de educação federal tecnológica e uma faculdade federal de ciências médicas. A relação nominal das instituições consta do Quadro 3 a seguir apresentado. Registre-se que no referido quadro não consta a Universidade Federal dos Pampas, implantada recentemente.

Quadro 1 – IFES da Macrorregião Sul

Instituição	Matrículas	Total	Inscritos	Vestibular	Vagas Oferecidas
Universidade Federal do Paraná	18.858	52.189	4.134		
Centro Federal de Educação Tecnológica -PR	12.377	16.306	2.689		
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	17.491	39.237	3.880		
Centro Federal de Educação Tecnológica -SC	191	1.829	218		
Fundação Universidade Fed. do Rio Grande -RS	5.714	12.434	1.196		
Fundação Universidade Federal de Pelotas – RS	7.202	13.583	1.579		
Universidade Federal de Santa Maria	11.057	26.366	2.330		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	20.344	42.686	4.092		
Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas -Porto Alegre	548	1.815	88		
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul – RS	-	58	30		
Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – RS	100	192	25		
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – RS	399	1.140	155		
Universidade Federal dos Pampas – Bagé/RS* ---					
Total	94.281	207.835	20.416		

*Recém-criada

Fonte: INEP / MEC – ano base: 2003

Dentre as oito universidades, estão algumas das mais antigas e conceituadas universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e a Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. Estas universidades

configuram-se como referência no Sistema Educacional Brasileiro de Ensino Superior graças ao grau de excelência, alcançado no exercício de suas atividades acadêmicas, na qualificação de seus recursos humanos e nas condições de sua estrutura.

As Universidades Federais de Santa Maria, Rio Grande e Pelotas são exemplos bem sucedidos de interiorização da competência universitária no espaço territorial e social brasileiro. A Universidade Tecnológica do Paraná é o primeiro exemplo de universidade especializada, na área tecnológica, implantada com base nas inovações previstas na LDB no. 9394/96 para a criação e funcionamento de instituições de nível superior. As demais IFES, centros de educação tecnológica e Faculdade de Medicina cumprem papel relevante na qualificação profissional de seus estudantes.

Conforme se verifica no Quadro 3, a maior quantidade de vagas é ofertada pela Universidade Federal do Paraná, 4.134, seguida da UFRGS e UFSC, com 4.092 e 3880, respectivamente. O menor contingente, 25 vagas, é ofertado pelo Centro de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. O conjunto das IFES oferece 20.416 vagas. O total de alunos inscritos no vestibular de 2003 foi de 207.805, perfazendo uma relação aluno/vaga equivalente a 10,18 alunos por vaga. Observa-se, portanto, uma demanda bem superior à capacidade de atendimento das IFES.

1.3 ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL NA MESOMERCOSUL

Ao se considerar o Ensino Superior Público Federal na Mesomercosul, a primeira constatação a ser registrada é a sua ausência. O Mapa nº 1 mostra que todas as IFES existentes localizam-se fora desta Mesorregião. Vê-se, portanto, que neste complexo mesorregional de 415 municípios, com população superior a 4 milhões de habitantes, a União não atua neste nível de ensino.

Figura 1 – IFES da Macrorregião Sul

Como se pode notar, no Mapa nº 2, o Estado do Paraná, que estruturou um importante sistema de ensino superior, tem suas universidades sediadas ao Norte (Universidade de Londrina/UEL e Universidade de Maringá/UEM), ao Oeste (Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE, com sede em Cascavel), ao Centro (Unicentro, com sede em Guarapuava) e ao Sul (Universidade estadual de Ponta Grossa/UEPG). Nenhuma delas possui sua sede no Sudoeste.

Figura 2 – IFES e Universidades Estaduais da Macro região Sul

A ausência da atuação da União no âmbito do ensino superior federal nesta Mesorregião possui três agravantes:

-a distância das concentrações populacionais em relação às IFES;

-a média salarial da população inferior à média da Macrorregião do

país, e

-a ameaça à competitividade própria que ocorre nas regiões de

fronteira em economias em processo de integração.

A distância de Chapecó, situada no Oeste de Santa Catarina em relação a Florianópolis, onde se localiza a sede da UFSC, é de aproximadamente 500km. A distância de Erechim e Concórdia, situadas na porção gaúcha e catarinense do Auto Uruguai, em relação a Florianópolis e Porto Alegre, onde se situa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ou mesmo Santa Maria, onde se situa a Universidade Federal de Santa Maria, é por volta de 400km.

Embora a Mesomercosul tenha ativos importantes para seu desenvolvimento como o capital social, identidade regional, boa estrutura de educação básica, algumas cadeias produtivas bem organizadas e outras em formação, recursos hídricos, como será descrito adiante, o PIB per capita é de U\$ 3.285, 40% menor que o da região Sul, que é de U\$ 5.320. A estrutura salarial é igualmente menor do que a média da região Sul.

A Mesomercosul situa-se em região de Fronteira com outros países do Mercosul (Argentina e Paraguai). Por ter sua economia fortemente baseada no setor agrícola, tem enfrentado os desafios da competitividade, decorrentes da similaridade da economia dos países vizinhos, da valorização do câmbio, da infra-estrutura deficiente, de problemas climáticos, dentre outros fatores. Esta situação tem gerado crises recorrentes. As políticas públicas, embora reconheçam que estas regiões carecem de uma atenção especial, ainda são muito tímidas para apoiar a sustentabilidade da economia e a integração competitiva no âmbito do Mercosul e da economia globalizada.

Neste contexto, face à ausência do poder público e considerando a distância das IFES, bem como a demanda de ensino superior, de ciência e tecnologia, a sociedade mesorregional, com enorme esforço próprio, implantou o Ensino Superior Privado, originando o modelo das universidades comunitárias.

Na porção gaúcha da Mesomercosul, estão sediadas a Universidade de Passo Fundo/UPF, a Universidade de Ijuí/Unijui, a Universidade Regional Integrada/URI e a Universidade de Cruz Alta/Unicruz. Na porção catarinense, estão implantadas a UNOESC e a UnoChapecó. Estas universidades, na medida do possível, supriram a ausência do Estado. Entretanto, possuem um fator limitante. Para poder se viabilizar, dependem do ensino pago. Ao alcançarem a condição de universidade, promoveram uma transformação quantitativa na oferta de ensino, como também uma mudança qualitativa na dimensão finalística e no desempenho em razão da estrutura requerida pela legislação para instituições desta natureza. No contexto da economia regional anteriormente referido, com estrutura salarial inferior à média da Macrorregião Sul do país, as dificuldades também aumentaram na medida em que ao custo do ensino passou-se a agregar o dispêndio com a pesquisa e a extensão.

Estas IES, que representam o produto mais acabado resultante do capital social acumulado na formação histórica da região, certamente continuarão a desempenhar relevante

PROJETO UFMM - Versão final

papel na oferta de ensino superior, ciência e tecnologia, demandado pelo desenvolvimento regional, visto que a implantação de uma universidade federal está longe de atender integralmente a demanda. Por esta e outras razões, merecem a consideração e apoio do poder público.

Registre-se ainda que, em decorrência das facilidades criadas pela legislação para atender políticas voltadas à expansão do ensino superior pelo caminho da privatização, verificou-se uma larga proliferação de IES, cujo número, segundo dados oficiais, na Mesomercosul supera quatro dezenas. Inegavelmente este caminho facilitou o acesso graças à redução do custo da oferta de ensino sem o aporte da pesquisa e da extensão. É por demais sabido, porém, que, nestas condições, é praticamente impossível formar capital humano com a qualidade necessária para promover o desenvolvimento e enfrentar um mundo do trabalho cada vez mais competitivo.

Tendo em vista a estrutura de ensino superior comunitário e privado existente, pergunta-se qual a demanda de ensino superior ofertado por uma IFES. A resposta pode fundamentar-se na demanda verificada na Macrorregião Sul e nas peculiaridades da Mesomercosul. De acordo com dados do Quadro 3, em 2003, nesta Macrorregião o conjunto das IFES proporcionou a oferta de 20.416 vagas. Para disputá-las, inscreveram-se 207.835 candidatos, correspondendo a 10,18 por vaga.

Considerando-se a oportunidade do ensino gratuito, o atrativo da qualidade, a distância em relação às IFES e Universidades Estaduais dificultando ou inviabilizando a frequência diária às aulas, o alto custo da mudança dos estudantes para frequentar uma IFES em outra localidade, o grande contingente populacional da Mesomercosul (mais de quatro milhões de habitantes) e a procura de estudantes vindos de fora da região, atraídos pelo ensino público e gratuito, percebe-se claramente que a relação candidato vaga será bem superior ao verificado nas IFES da Macrorregião Sul do país.

Finalmente, face às limitações anteriormente apontadas, é indispensável o investimento do setor público mediante a implantação de uma Universidade Federal que facilite o acesso ao ensino superior das populações mais carentes, aporte de forma duradoura, recursos para a inovação científica e tecnológica indispensável para o aumento da competitividade da economia, em região considerada diferenciada e de fronteira, apóie, se articule e qualifique a estrutura de ensino superior existente na região valendo-se das mais variadas formas de parceria, configure um padrão referencial de ensino universitário e, fortalecendo a sociedade do conhecimento, promova o desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DA REGIÃO SUL

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR

A evolução sócio-econômica do Brasil, dadas as dimensões territoriais do país, foi marcada por uma crescente concentração regional da produção e da renda. As desigualdades regionais intensificaram-se, formando um padrão macrorregional que diferenciou marcadamente as regiões Norte e Nordeste, e, em certa medida, o Centro-Oeste, das regiões Sul e Sudeste.

Nas décadas de 50, 60 e 70, organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas. Com políticas regionais ativas, alcançaram-se resultados positivos ao final do período à custa de vultosos investimentos públicos.

Desde as últimas décadas do século XX, no entanto, as instituições e instrumentos de ação regional que sobreviveram ressentiram-se da ausência de políticas regionais nacionais. Sem referências de política, tais instituições e instrumentos abandonaram os princípios de eficiência e eficácia que deveriam observar, ficando subordinadas a interesses menores.

No atual mundo globalizado, as áreas que apresentam melhores condições de atração locacional são as que possuem atributos vantajosos de infra-estrutura, recursos humanos, tecnologia e qualidade de vida. As áreas excluídas da dinâmica de mercado tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais e a apresentar menores níveis de renda e bem-estar. A configuração territorial resultante deste mosaico de situações díspares quanto à inserção produtiva reafirma situações de desigualdade entre indivíduos, empresas e regiões, tanto no Brasil, como em outros países. Não por outra razão, políticas de desenvolvimento regional ressurgiram em todo o lugar, para mitigarem efeitos negativos da globalização.

Observa-se, no Brasil, a presença de sub-regiões de alta renda com potencial dinâmico, assim como de sub-regiões estagnadas e com baixos níveis de renda, em todas as macrorregiões. A questão regional, na atualidade, abrange todo o território nacional e demanda um olhar mais acurado sobre as realidades regionais.

A redução das desigualdades regionais é também um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como descrito na Constituição de 1988. O governo federal, adotando a redução das desigualdades como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é expressão da prioridade efetiva do tema. Como uma política de Estado, tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento nas regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. A PNDR organiza um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais.

2.2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL NO CONTEXTO DA PNDR

No contexto da PNDR, são criadas as mesorregiões diferenciadas, entendidas como espaços sub-regionais, estaduais ou de confluência de dois ou mais estados e/ou de fronteira com países vizinhos, propícios ao desenvolvimento de atividades produtivas e de cooperação, objetivando o desenvolvimento regional com equidade e sustentabilidade. Inicialmente, foram identificadas pelo Ministério da Integração Nacional 12 mesorregiões diferenciadas, dentre as quais, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Mesomercosul. A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, compreendendo 385 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de três milhões e setecentos mil habitantes. Apesar

PROJETO UFMM - Versão final

de constituir uma mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do país, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população na zona rural (Ver a relação dos municípios que integram a Mesorregião no anexo 1).

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes à região Sul. Um outro fator que determina a identidade mesorregional é a inserção nas Bacias

Hidrográficas do Rio Uruguai e do Rio Iguaçu, com semelhanças físicas e sócio-econômicas que reforçam sua identificação histórica e cultural.

O histórico de criação da Mesorregião reflete essas semelhanças. Em 1997, foi apresentado ao então Ministério do Planejamento e Orçamento e, posteriormente à extinta Secretaria de Políticas Regionais, o Plano de Desenvolvimento sustentável da área da Bacia do Rio Uruguai. O referido Plano abrangia os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e tinha como elemento estruturador a bacia hidrográfica. Mais tarde, identificou-se que os municípios vizinhos do Paraná compartilhavam de história e cultura semelhantes, além dos mesmos problemas de dinamismo econômico e demográfico.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de união de diferentes atores sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de associações e conselhos municipais que constituem hoje um grande patrimônio social da Mesorregião e que têm servido como modelo para as demais mesorregiões do país.

É importante destacar, ainda, que a tradição do associativismo existente na Mesorregião originou um ambiente favorável para a implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável. Esse processo tem gerado muitos aprendizados, estimulou a construção de novos consensos entre os diferentes atores sociais, bem como o federalismo cooperativo em oposição ao federalismo concorrencial. Tais inovações resultaram na criação do Fórum de Desenvolvimento da Mesomercosul, implantado oficialmente em 28 de novembro de 2002. O Fórum vem atuando na perspectiva da articulação dos atores sociais, do federalismo cooperativo anteriormente referido, do planejamento estratégico da Mesorregião, da formulação de políticas públicas, da elaboração de projetos estruturantes e do controle social de sua implementação.

Os grandes problemas da Mesorregião, na atualidade, podem ser resumidos nos seguintes itens: empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado, e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.

Verifica-se, também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um

quarto do território e abrigar um quarto da população da região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais que um décimo do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (U\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (U\$ 5.320).

Embora existam alguns centros industriais na Mesorregião, com relativa diversificação, porém fora do eixo de dinamismo da economia macrorregional, a agropecuária e a agroindústria constituem a base da sua estrutura produtiva. Nesse aspecto, os produtos de maior relevância são grãos, suínos, aves, bovinos de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo.

Ressalta-se, também, a grande concentração de propriedades rurais de até 100 hectares na área de abrangência da Mesorregião. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, apesar de o segmento das pequenas propriedades possuir relevante importância na base produtiva da Mesorregião, é também o mais vulnerável.

Em síntese, a caracterização sócio-cultural, política e geo-econômica da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (ver anexo 2) demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais que precisam ser atacados pela parceria entre o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e, de outro, o grande potencial para a alavancagem do desenvolvimento a partir da potencialização do seu capital social. Nesta perspectiva, visando um projeto de desenvolvimento mesorregional, entendeu-se fundamental desenvolver a visão e planejamento estratégico para delinear as macro-direções, projetos estruturantes e ações com a finalidade de orientar a formulação de políticas públicas e sua implementação, ou seja, a ação do Estado, assim como as iniciativas da sociedade civil e dos demais agentes do desenvolvimento.

Neste sentido, a implantação da Universidade Federal da Mesomercosul configura-se como um dos projetos estruturantes de maior relevância, destinado à formação de capital humano e à geração de ciência e tecnologia, impactando, de forma permanente e duradoura, o processo de desenvolvimento mesorregional..

3 IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PARA A MESORREGIÃO

A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui área de 139,2 mil km², congrega 385 municípios integrantes dos três Estados do Sul do país, com aproximadamente

3.700.000 habitantes. Com uma economia fortemente relacionada à agricultura familiar, nas últimas décadas a região viu suas condições sócio econômicas se agravarem em virtude da crise que se instalou no setor, a partir do processo de modernização da agricultura, baseado no modelo conhecido como Revolução Verde, e de um processo de agroindustrialização pautado por uma perspectiva de centralização e concentração de renda. Esse processo provocou um forte movimento de deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades pólo de cada microrregião e, principalmente, da região para outras regiões do estado, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem, cada vez mais, minando as forças produtivas locais, dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

Por outro lado, geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União, a região tem sido marcada, desde sua colonização, por uma trajetória de baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Em nível regional, a mobilização e a busca da retomada do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento da região têm sido metas permanentes de instituições, como os Conselhos de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, as Associações de

PROJETO UFMM - Versão final

Municípios em Santa Catarina e Paraná e, mais recentemente, do Fórum da Meso-região da Grande Fronteira do Mercosul instituído em 28/11/2002.

Considerando que a promoção do desenvolvimento sócio-econômico, além de investimentos públicos, depende também de instituições geradoras de conhecimento, foram criadas na região as Universidades Regionais, associadas às administrações públicas em nível estadual e municipal, que é um modelo comunitário de universidades que conheceu surpreendentes avanços tanto no que diz respeito à qualidade e diversidade do ensino oferecido, quanto pela produção acadêmica através da pesquisa e da extensão. Obstante a isso, este modelo de atendimento para o ensino superior apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver. Nem todos os alunos que desejam frequentar um curso superior podem fazê-lo devido às restrições impostas pela cobrança de mensalidades. Nesse caso, a exclusão tem um claro

recorte social, visto que impede justamente o acesso da população com menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão encontra limites em decorrência da falta de investimentos públicos.

Devido a essa realidade, a região experimentou, ao longo de sua história, um processo permanente de êxodo de parte de sua população mais jovem, particularmente aquela com maiores expectativas de qualificação escolar / profissional, que regularmente precisou deslocar-se para as capitais e outros centros urbanos para prosseguir seus estudos, trajetória freqüentemente sem retorno para as suas origens.

Essa realidade é particularmente ilustrativa no que se refere à oferta de alternativas de educação superior pública à sua população jovem. Enquanto outros estados e regiões contam com diversas universidades públicas federais e/ou estaduais, próximas, a Universidade Pública mais próxima a essa região se encontra a mais de quinhentos quilômetros de distância.

Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial ao desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental a criação e construção da "Universidade Federal da Mesomercosul", como alternativa para a promoção do desenvolvimento regional.

Desse modo, o governo federal tem em suas mãos a grande tarefa de democratizar o acesso à educação e, em especial, o acesso ao ensino superior. Num universo em que a maioria dos brasileiros não tem esta oportunidade, cada vez mais a ação do estado é a alternativa possível de garantia deste direito.

Assim, esta proposta enquadra-se na política nacional de desenvolvimento regional e na preocupação em desenvolver as regiões que necessitam de investimentos públicos e de plataformas de desenvolvimento integrado.

A Universidade Federal da Mesomercosul será pautada por princípios orientadores com vistas à integração da região e desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul. Destacam-se:

- O desenvolvimento regional integrado, que é condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região e a reversão do processo de litoralização;
- O acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região.
- A oportunidade de acesso ao ensino superior público e gratuito aos alunos oriundos de escolas públicas de ensino médio;
- A qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo o projeto político-pedagógico e que dão o sentido ao conhecimento;
- O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador;

Interação entre as cidades, estados e países que compõem a grande fronteira do Mercosul.

3.1 O IMPACTO DA NOVA IFES NO DESENVOLVIMENTO MESORREGIONAL

Economicamente, a Mesoregião caracteriza-se pela existência de alguns centros industriais, contudo, a agropecuária e a agroindústria constituem a base da sua estrutura produtiva. Os produtos de maior relevância são grãos, suínos, aves, bovinos de corte e de leite, frutas, erva-mate e fumo, geralmente associados a pequenas propriedades rurais, ou seja, à agricultura familiar. Com a recente crise desse tipo de economia devido ao processo de modernização da agricultura, as condições sócio-econômicas da população se agravaram significativamente. Entre os grandes problemas da Mesoregião, na atualidade, estão o empobrecimento relativo da Mesoregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e empobrecimento social da Mesoregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado; e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Estes problemas agravam-se na medida em que, paralelamente, ocorre uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional. Considere-se ainda que o PIB per capita da mesoregião é de U\$ 3,285, 40% menor do que a média da região Sul, que é equivalente a U\$ 5,320 (IBGE 2000). As soluções para estes problemas dependem, evidentemente, de investimentos tanto do setor público como privado, mas também da participação de instituições públicas geradoras do conhecimento científico e tecnológico capazes de motivar e promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Além da formação de recursos humanos qualificados, esta deverá ser uma das principais funções da Universidade Federal da Mesomercosul.

Para a análise do impacto da nova IES relativamente ao desenvolvimento socioeconômico da região, é necessário, primeiramente, caracterizar as potencialidades e

oportunidades da Mesoregião. Salientam-se aspectos como: a capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo; a estrutura de produção agroindustrial que engloba a tradição, tecnologia, agricultura familiar, agroecologia e produção diversificada; recursos naturais e a diversidade ambiental com destaque no aquífero Guarani e a bacia do Rio Uruguai; diversidades culturais, decorrentes da composição étnica e da preservação das culturas; potencial turístico; presença de

PROJETO UFMM - Versão final

alguns parques industriais competitivos na área metal-mecânica, agroindustrial, móveis, confecções, eletroeletrônica e extrativo-mineral; funcionamento ainda de forma deficiente do sistema de saúde e infra-estrutura como transporte, energia e comunicações e localização geográfica em relação ao Mercosul.

Neste contexto, a nova IES deverá ser a instituição promotora e indutora de ações para:

- a) a implantação de programas de capacitação profissional adequados à demanda associada às cadeias produtivas da Mesorregião;
- b) a implantação de novas tecnologias tanto no processo de agroindustrialização como em outros setores industriais, ou seja, vinculadas à matriz produtiva da região, produção e exportação de produtos de maior valor agregado, que geram emprego, renda, acesso à qualificação em processos industriais específicos, etc;
- c) o aproveitamento sustentável e adequado dos recursos turísticos. Incentivando a criação de organizações regionais (infra-estrutura: restaurantes, hotéis, transporte, etc) de turismo geradoras de emprego e renda e melhor qualidade de vida;
- d) a implementação de uma gestão ambiental voltada à preservação e manejo dos recursos hídricos das bacias da mesorregião do aquífero Guarani, da reciclagem de resíduos sólidos para reaproveitamento;
- e) Fortalecimento do capital social da região;
- f) Fortalecimento da identidade cultural da região.

A médio e longo prazo, a nova IES deverá ser a promotora de parcerias para o desenvolvimento tecnológico de instituições integrantes da matriz produtiva da mesorregião. Além da formação de mão-de-obra qualificada, a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos com maior valor agregado, por exemplo, na agroindústria, representarão a diversificação de produtos, uma nova perspectiva para o aumento do número de empregos e de renda para a população.

Feitas estas considerações, é notável também que a Universidade, ao trabalhar os valores culturais produzidos pela sociedade, processe sua avaliação e sua sistematização crítica, promovendo sua difusão. Nesse processo, contribui significativamente para a construção da

identidade da nação. Um país ou uma região, ao produzir conhecimento científico, diz ao mundo que existe, e contribui, ao expor sua cultura, para a diversidade e para o aperfeiçoamento do espírito humano.

A Universidade desempenha um papel social indispensável na reprodução da vida social, não podendo, em nenhuma hipótese, ser reduzida à mera produtora de recursos humanos. O quadro de profissionais dela egresso deve permitir à sociedade nacional ter acesso ao patrimônio técnico-científico da humanidade, criticar as produções culturais e desvelar a qualidade dos objetos e a dinâmica dos fenômenos, colocando a sociedade, de maneira atualizada, a par do conhecimento sobre eles. Diante de tais pressupostos, é certo que a sociedade necessita de profissionais que, além de dominarem seus saberes especializados, estejam imbuídos de responsabilidade cidadã e social.

A produção do saber pela Universidade potencializa as forças produtivas e criativas da sociedade e consolida sua presença no cenário mundial. A assimilação e a adaptação de conhecimento disponível são ingrediente de crescente relevância em qualquer processo de desenvolvimento. Todavia, a Universidade não se restringe a essa instrumentalização. A criação do conhecimento não pode circunscrever-se apenas à problemática imediata: é imprescindível o tempo de liberdade para a prospecção inovadora e para construir futuros. Em um movimento dual, a Universidade apóia a ampliação da base material de uma cultura – pelo instrumental – e expande as expectativas e sonhos do homem (prospecção inovadora).

Enfim, a Universidade é, para um país ou região, uma espécie de atestado de sua coparticipação na produção do saber e da cultura mundial. Essa condição é essencial à dignidade e à auto-estima nacionais e regionais. Enfim, a produção do saber é uma questão de afirmação cidadã no contexto nacional e internacional.

4 LOCALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA MESORREGIÃO

A UFMM caracteriza-se como um projeto destinado a atender à população de um território não contemplado com IFES com centros urbanos situados em distâncias variadas em relação às já existentes na região Sul do país.

Caracteriza-se ainda como um projeto estruturante de um espaço territorial em cujo universo novas centralidades urbanas emergem e devem ser consideradas na perspectiva do atendimento mais amplo possível à clientela estudantil. Constitui-se também em projeto estratégico para o desenvolvimento do conjunto da população da mesomercosul. Por se tratar de um empreendimento de grande envergadura e considerando a tradição do capital social e das potencialidades existentes na mesorregião, é pertinente a inclusão de contrapartidas municipais e/ou regionais para a viabilização do mesmo.

Da mesma forma, por exigir pesada infra-estrutura física, de material, de laboratórios, de equipamentos, de bibliotecas, dentre outros componentes, é necessário considerar as condições da infra-estrutura urbana e sócio-econômica para recepcionar os diversos campi previstos no projeto.

Levando em conta estes fatores, delinham-se os critérios a seguir para a localização dos campi.

4.1 CRITÉRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI

Estes critérios estão relacionados com a implantação de cinco campi assim distribuídos:

4.1.1 Santa Catarina: Campus I e Rio Grande do Sul: Campus I (Primeira etapa)

Critérios:

- Municípios caracterizados como pólos regionais com população aproximada de 90.000 habitantes ou mais;
- Infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis, etc. adequada,;
- Cidades que se localizem nos diferentes estados e que representem centralidades no contexto geográfico mesorregional facilitando o acesso de estudantes;
- Cidades mais distantes das atuais Universidades federais da Região Sul;

26

-Municípios que ofereçam as contrapartidas previstas no projeto.

4.1.2 Paraná: Campus I (Segunda etapa)

Critérios:

-Cidades que atendam os critérios acima, mas com populações mínimas de 60.000 habitantes.

4.1.3 Rio Grande do Sul: Campus II (Terceira etapa)

Critérios:

-Região funcional (Plano Rumos RS 2015) não atendida na Primeira Etapa;

-Cidades que atendam os critérios da primeira etapa, mas com populações mínimas de

60.000 habitantes.

4.1.4 Santa Catarina: Campus II (Terceira Etapa)

Critérios:

-Cidades que atendam os critérios acima, mas com populações mínimas de 60.000 habitantes.

4.1.5 Outros Campi (SC, RS) (Quarta Etapa) – Mesmos critérios.

5 ESTRUTURA ACADÊMICA

5.1 DIRETRIZES PARA A SELEÇÃO DOS CURSOS

As diretrizes que orientaram a seleção dos cursos, que constituem a fase inicial da

UFMM, fundamentaram-se em um conjunto de critérios, dentre os quais se destaca:

a) A natureza e finalidade da universidade, entendida no sentido pleno e de acordo com o disposto na LDB 9394/96, voltada para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diferentes áreas do conhecimento;

b)

Os compromissos com as políticas e serviços públicos que a sociedade espera ver atendidos pelo poder público, tais como: educação, saúde, saneamento e justiça, dentre outros;

c)

A vocação específica, voltada para a dimensão da cidadania, o estímulo à mobilidade social e ao fortalecimento da classe média, como vetor do equilíbrio social;

d)

A promoção do desenvolvimento regional em suas diversas dimensões:

- construção do pensamento e visão estratégica para orientação do potencial endógeno e formulação de políticas de desenvolvimento;
- a dinamização da economia, fortalecendo as cadeias produtivas existentes, com estímulo às emergentes e potenciais;
- a inovação tecnológica, visando à integração competitiva no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;
- o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas relacionadas ao associativismo, cooperativismo e à economia solidária, favorecidas pelo capital social acumulado no processo de formação histórica da Mesorregião; e
- a sustentabilidade em sentido amplo, com ênfase no manejo adequado dos recursos naturais.

e)

A estratégia de inserção do projeto da UFMM, visando oferecer cursos que, em razão da complexidade, não são desenvolvidos pela estrutura de ensino superior existente na Mesorregião.

Com base nestes critérios, a seleção dos cursos foi orientada pelas seguintes diretrizes:

-atender as exigências da Universidade em sentido pleno, de acordo com os parâmetros

da LDB;

- formar recursos humanos para o atendimento de serviços públicos;
- qualificar os indivíduos para a cidadania;
- estimular a mobilidade social e o fortalecimento da classe média;
- promover o desenvolvimento regional, articulado com as perspectivas de uma maior

integração no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;

-incentivar a inovação científica e tecnológica em face da crescente demanda de novos

conhecimentos;

- incrementar as cadeias produtivas, associadas à agropecuária e agroindústria;
- suprir demandas de áreas não contempladas pela estrutura de educação superior

existente na Mesorregião;

- comprometer-se com o desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões, com ênfase nos recursos naturais e de meio ambiente;
- capacitar profissionais aptos a desenvolver atividades econômicas alternativas nas áreas de economia solidária, cooperativismo e outras.

5.2 ENSINO

5.2.1 Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Os cursos aqui sugeridos refletem estudos analisados pelo Grupo de Trabalho referentes às características regionais e as discussões com as diferentes entidades representativas da sociedade dos Estados que compõem a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

Quadro 2 -Cursos a serem implantados na primeira fase – Até 5 anos

ÁREA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

CURSOS Graduação Especialização Mestrado Doutorado
 Administração com Habilitação em
 Agronegócios e Cooperativismo
 X
 Direito X
 Letras: Português e Literatura
 Brasileira
 X
 Letras: Espanhol e Literatura
 Espanhola
 X
 Letras: Inglês e Literatura Inglesa X
 Letras: Italiano e Literatura Italiana X
 Geografia X
 História X
 Pedagogia X

Quadro 3 -Cursos a serem implantados na primeira fase – até 5 anos
 ÁREA: Ciências Exatas, da Terra e Engenharia

CURSOS Graduação Especialização Mestrado Doutorado
 Ciências da Computação X
 Engenharia de Controle e
 Automação
 X
 Engenharia de Produção e Sistemas X
 Engenharia Sanitária e Ambiental X
 Engenharia de Alimentos X
 Física X
 Matemática X
 Química X

Quadro 4 -Cursos a serem implantados na primeira fase – Até 5 anos
 ÁREA: Ciências Biológicas e da Saúde

CURSOS Graduação Especialização Mestrado Doutorado
 Biologia X
 Enfermagem X
 Fisioterapia X

Quadro 5 -Cursos a serem implantados na primeira fase – CAMPUS 2 -RS, até 5 anos

CURSOS Graduação Especialização Mestrado Doutorado
 Arquitetura e Urbanismo X
 Design de Produtos (industrial,
 móveis)
 X
 Desenvolvimento Regional X
 Engenharia Florestal X
 Filosofia X
 Turismo (Agroturismo) X

Quadro 6 -Cursos de Graduação e Pós-Graduação a serem implantados na segunda
 fase: 5 -10 anos

Cursos Graduação Especialização Mestrado Doutorado
 Administração X X X
 Agroecossistema X X
 Biotecnologia X X
 Ciências Contábeis X
 Ciências Econômicas X
 Direito X X X
 Educação X X
 Educação Física X
 Engenharia de Aqüicultura X X
 Engenharia e Ciências de
 Materiais
 X
 Engenharia Mecânica X
 Engenharia Elétrica X
 Engenharia Civil X
 Engenharia Química X
 Farmácia: habilitação em
 Tecnologia de Alimentos
 X
 Filosofia X X
 Medicina X
 Medicina Veterinária X
 Odontologia X
 Serviço Social X
 Zootecnia X

Fonte: Elaborado pelos autores

5.3 PESQUISA

A nova IES deverá ser primeiramente uma instituição que desenvolverá pesquisa científica e tecnológica com foco na responsabilidade social. É extremamente importante desenvolver projetos que promovam parcerias com outras instituições, com empresas, com o setor produtivo em todos os níveis, ou seja, com a sociedade como um todo. É reconhecido por todos que, em função da economia nacional ter se mantido fechada à concorrência internacional por longos anos, a maioria das empresas nacionais pouco investiram em pesquisa. No entanto, com a globalização, o conhecimento passou a ser o diferencial para o crescimento sócio-econômico e, dessa forma, será fundamental que a comunidade científica caminhe lado a lado com a sociedade. Os resultados de projetos de pesquisa em áreas específicas do setor produtivo devem viabilizar ações de relevância social e o crescimento econômico da região.

Associada aos programas de Pós-Graduação que deverão iniciar na fase II (5 a 10 anos), a pesquisa científica e tecnológica na nova IES deverá ser incentivada por programas

PROJETO UFMM - Versão final

específicos de apoio tanto para alunos de graduação (iniciação científica), de pós-graduação, pela disponibilidade de bolsas de instituições de fomento como CNPq e CAPES, e de empresas da região, e ainda, a busca de recursos pelos pesquisadores, tanto em editais específicos de órgãos financiadores federais, como em parcerias com empresas privadas e outros setores da sociedade.

Considerando a cadeia produtiva da Mesorregião, parece evidente que a nova IES deverá ter como foco de pesquisa setores como o agronegócio, que enfrenta crises quase que permanentes, a área de alimentos que concentra nesta região grandes indústrias nacionais, o meio ambiente principalmente em relação a reforestamento e preservação dos mananciais de água, o desenvolvimento de novos produtos com maior valor agregado ligados ao setor produtivo da região, a saúde da família ,entre outros.

5.4 EXTENSÃO

A extensão deve ser entendida como uma das três atividades fins (ensino/pesquisa/extensão) que sustentarão o projeto político-pedagógico da nova IES, pois parte-se do princípio de que esta se define por um processo de interação entre a universidade e a comunidade no âmbito da produção, sistematização e socialização do conhecimento. Por outro lado, nem tudo que ultrapassa os limites da sala de aula deve ser entendido como extensão, em vista das complexas implicações de ordem teórico-metodológica.

Deve a extensão privilegiar igualmente a produção do conhecimento produtivo e do conhecimento diretivo da nova IFES. Segundo GIROUX(1997), o conhecimento produtivo é entendido como aquele que "está principalmente preocupado com os meios; a aplicação deste tipo de conhecimento resulta na reprodução de bens e serviços materiais". Já o conhecimento diretivo "é um modo filosófico de investigação no qual os estudantes questionam o propósito do que estão aprendendo", voltado ao aperfeiçoamento da "qualidade de vida", bem como, "o desenvolvimento de uma consciência crítica e política" do educando.

A extensão que se buscará é aquela que devolve à comunidade o conhecimento extraído e sistematizado pela universidade, de forma que esse conhecimento resulte numa perspectiva de

atender as demandas da sociedade mesorregional, no âmbito do ensino e de pesquisa, através do processo de devolução do conhecimento produzido.

Outro aspecto a considerar é que a extensão terá que exercer o papel da articulação do ensino e da pesquisa, principalmente para trazer para dentro da universidade o conhecimento produzido na comunidade/sociedade.

A extensão é entendida ainda, ao exercer o triplo papel: (i) trazer para dentro da universidade o conhecimento produzido na comunidade como forma de recriação interna do saber; (ii) devolver à comunidade, o conhecimento dela extraído e sistematizado na universidade; (iii) socializar conhecimentos universalmente produzidos e que possam interessar à comunidade mesorregional, como contribuição no desenvolvimento integrado e sustentável do território da MESOMERCOSUL.

A extensão, assim entendida e praticada, contribuirá para que os princípios da UFMM sejam respeitados, sobretudo quanto àquele que preconiza "o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador".

A prática da extensão pretendida será norteada pela implementação de iniciativas diversas, de programas, de projetos sociais e comunitários, voltados e em sinergia com as peculiaridades e problemáticas demandadas do contexto social mesorregional. Por fim, a extensão na nova IES deverá privilegiar a celebração de parcerias interinstitucionais e o desenvolvimento de ações na comunidade na forma de projetos sociais, interações com empresas, cursos de capacitação, entre outros.

ESTRUTURA FÍSICA, PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO

Na 1ª. Etapa, instalação do Campus-base e do Campus 1 do RS, será necessária a aquisição ou doação de duas áreas de terra com, aproximadamente, 1 milhão de m2 e 200 mil m2, respectivamente.

Conta-se com o apoio das prefeituras dos municípios da região para a viabilização destas aquisições. Espera-se, também, que estas forneçam toda a infra-estrutura necessária para

o acesso aos campi e a realização das obras da nova instituição federal de ensino superior. As edificações necessárias para viabilizar a implantação dos cursos previstos para esta 1ª. Etapa, bem como os equipamentos e mobiliários, estão listados no Quadro 7, abaixo, que também detalha o desembolso anual de recursos para atender o Plano Plurianual de Implantação da UFMM (Campus Base, em SC, e Campus 1, no RS).

Quadro 7 -Plano Plurianual de Implantação da UFMM -Universidade Federal da Mesomercosul (2007-2010). Em R\$

ESPECIFICAÇÃO ORÇAMENTO

TOTAL	2008	2009	2010	2011
1.CONSTRUÇÕES				
Prédio da				
Administração				
Central -2 mil m2				
2.200.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	-
Prédio do Centro de				
Ciências Humanas e				
Sociais -4.835 m2				
5.318.500,00	2.200.000,00	2.018.500,00	1.100.000,00	
Prédio do Centro				
Tecnológico e de				
Ciências Exatas e da				
Terra - 7.650 m2				
8.415.000,00	2.860.000,00	2.860.000,00	2.695.000,00	
Prédio do Centro de				
Ciências Biológicas e				
da Saúde-3,130 m2				
3.443.000,00	1.243.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	
Prédio do Campus 1				
- RS - 5.465 m2				
6.011.500,00	2.200.000,00	2.200.000,00	1.611.500,00	

PROJETO UFMM - Versão final

Prédio p/ Almoarifado,
 Transporte, Patrimônio
 e Manut. do
 Campus – 480 m2
 528.000,00 308.000,00 220.000,00 -
 Elaboração de
 Projetos p/ os Campi
 1.650.000,00 1.650.000,00
 SOMA 27.566.000,00 1.650.000,00 9.911.000,00 9.498.500,00 6.506.500,00
 2. AQUISIÇÃO
 DE IMÓVEIS
 Contrapartida dos
 municípios

 3.AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS

Equipamentos(microcomputadores,
 impressoras
 ,switch, data-
 show, retroprojetores,
 equipamentos de
 telefonia, geladeiras,
 cafeteiras, fogões,
 aparelhos de ar condicionado,
 implantação
 de laboratórios,
 etc.)
 3.960.000,00 1.320.000,00 1.320.000,00 1.320.000,00
 Veículos 220.000,00 --55.000,00 165.000,00
 Acervo bibliográfico 550.000,00 --330.000,00 220.000,00
 SOMA 4.730.000,00 -1.320.000,00 1.705.000,00 1.705.000,00
 4. MÓVEIS E

OUTROS
 Móveis p/ escritório,
 Salas de Aula e
 Laboratórios.
 880.000,00 --440.000,00 440.000,00
 Ferramentas p/ manutenção
 dos Campi
 (eletricidade, carpintaria,
 pedreiro, jardineiro,
 encanador, etc)
 veículos
 110.000,00 110.000,00
 SOMA 990.000,00 440.000,00 550.000,00

5. DIVERSOS

Material de Consumo
 e diversos
 253.000,00 33.000,00 55.000,00 55.000,00 110.000,00
 SOMA 253.000,00 33.000,00 55.000,00 55.000,00 110.000,00
 TOTAL GERAL 33.539.000,00 1.683.000,00 11.286.000,00 11.698.500,00 8.871.500,00

O quadro na seqüência resume as necessidades orçamentárias para a implantação dos 5 campi que irão compor a UFMM, divididas por etapas, e apresenta também o cronograma previsto para iniciar e terminar esta implantação.

Quadro 8 – Previsão Orçamentária e Cronograma para a Implantação dos Campi

ETAPA CAMPUS ORÇAMENTO-R\$ CRONOGRAMA

1ª. Campus-Base – SC
 Campus 1 -RS
 33.539.000,00 2008 – 2012
 2ª, Campus 1 -PR 7.700.000,00 2012 – 2015
 3ª. Campi 2 e 3– RS
 Campi 2 e 3 -SC
 30.800.000,00 2015 – 2018
 TOTAL 7 Campi 72.039.000,00 11 Anos

35

7 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Organograma a seguir mostra a estrutura administrativa e acadêmica da Universidade Federal da Mesomercosul – UFMM.

DepartamentodeAdministraçãoChefe de GabineteCons.deCuradoresCONSELHOUNIVERSITÁRIOASSESSORIADEIMPRESAComissão de LicitaçãoPró-Reitoria de AdministraçãoPlanejamentoDepartamentoRecursos HumanosDepartamentodePós-GraduaçãoDepartamentodeAdministraçãoEscolarBibliotecaUniversitáriaDepartamentodePesquisaCHS (Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)
 CBS(Centro de Ciências Biológicas e da Saúde)
 Campus1-
 RSDepartamentodeEnfermagemFisioterapiaDepartamentodeDireitoDepartamentodeHistóriaDepartamentodeLetrasDepartamentodeGeografiaDeartamentodePedagogiaDepartamentodeBiologiaDe (Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e da Terra)
 DepartamentodeCiênciasdaComputaçãoDepartamentodeEngenhariadeControledeautomaçãoDepartamentodeEngenhariadeAlimentosDepartamentodEngenhariadeProdução de SistemasDepartamen-
 -Reitoria de Pesquisa,
 Pós-Graduação e Extensão VICE-
 REITORDepartamentodeInformáticaDepartamentodeGestãoOrçamentáriaDepartamentodeContabilidadeeFinançasDepartamentodePlanejamentoDeartamentodeMateriaiseServiços GeraisPró-Reitoria de Ensino GraduaçãoDepartamentodeEnsino de GraduaçãoDepartamentoTécnicodeEnsinoCampus1-PRCampus2-SCCampus2-RS

7.1 QUADRO DE PESSOAL E GRATIFICAÇÕES

O quadro de pessoal previsto para atender as necessidades, nos anos iniciais da Universidade Federal da Mesomercosul, encontra-se detalhado a seguir. É distribuído em Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Ensino e Campus do RS. Estão listados os cargos e suas devidas gratificações, bem como o tipo de profissional a ser contratado.

Prevê-se também a contratação de funcionários terceirizados para contemplar o atendimento daqueles serviços que não poderão ser objeto de concurso público.

7.1.1 Detalhamento das Gratificações e Necessidades de Pessoal
 Quadro 9 – Quadro de Pessoal e Gratificações -Reitoria

PROJETO UFMM - Versão final

Cargo Gratificação Nível (E)
 Superior
 Nível (D)
 Médio
 Terceirizado
 Reitor CD 1 1
 Vice-Reitor CD 2 1
 Chefe de Gabinete CD3 1
 Secretário Executivo FG1 1
 Assistente em Administração 1
 Presidente da Comissão de Licitações
 (Administrador)
 CD4 1
 Assessor Imprensa (Jornalista) CD4 1
 Auditoria Interna (Auditor) CD4 1
 . Contador 1
 . Administrador 1
 Assistentes em Administração 6
 Secretária dos Órgãos Colegiados
 (Secretária Executiva)
 FG1 1
 SOMA 11 07
 Faxineira 1
 Copeira 1
 Motorista 2
 Vigilante 2
 Porteiro 1
 SOMA 07
 TOTAL 11 07 07

Quadro 10 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento -PRAP

Cargo Gratif. N. Superior
 (E)
 N. Médio
 (D)
 Terceir
 Pró-Reitor CD2 1
 Secretária Executiva FG2 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 2 1
 Diretor de Orçamento (Economista) CD4 1
 Assistentes Administrativos 2
 Soma 1 2
 Diretor Contabilidade/Finanças (Contador) CD4 1
 Chefe de Expediente (Ass. em Administração) FG4 1
 1. Chefe da Div. de Contabilidade (Contador) FG3 1
 Técnicos em Contabilidade 2
 2. Chefe da Divisão de Finanças (Economista) FG3 1
 Assistentes em Administração 2
 3. Chefe da Divisão Escrituração (Contador) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 4. Chefe da Divisão de Análise e Tomada de
 Conta (Contador)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 5 7
 Diretor de Planejamento (Economista) CD4 1
 1. Chefe da Divisão de Obras e Espaço Físico
 (Engenheiro)
 FG3 1
 Engenheiro em Segurança do Trabalho 1
 Arquiteto 1
 Engenheiro Civil/Especialidade 1
 Engenheiro Eletricista 1
 Assistente em Administração 1
 2. Chefe da Div. de Estatísticas Institucionais
 (Analista em Tecnologia da Informação)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 7 2
 Diretor de Informática (Analista em Tecnologia
 da Informação)
 CD4 1
 Analista em Tecnologia da Informação 2
 Assistente em Administração 1
 Soma 3 1
 Diretor de Rec. Humanos (Administrador) CD4 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm.) FG4 1
 1. Chefe da Divisão de Pagamento (Assistente
 em Administração)
 FG3 1
 Assistentes em Administração 2
 2. Chefe da Divisão de Assistência aos
 Servidores (Assistente Social)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 3. Chefe da Div. de Registro e Movimentação FG3 1

 (Assistente em Administração)
 Assistentes em Administração 2
 Soma 2 8
 Diretor de Materiais e Recursos Gerais
 (Administrador)
 CD4 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administr) FG4 1
 1. Chefe da Divisão de Almoxarifado
 (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistentes em Administração 2

PROJETO UFMM - Versão final

2. Chefe da Divisão de Compras (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Seção de Comércio Exterior (Ass. em Admin.) FG4 1
 Seção de Cadastro e Licitação (Ass. em Adm.) FG4 1
 Comissão Permanente de Licitação (Assistentes em Administração)
 3
 3. Chefe da Divisão de Patrimônio e Vigilância (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Seção de Patrimônio (Assistente em Administ.) FG4 1
 Seção de Vigilância (Assistente em Administr.) FG4 1
 Assistentes em Administração 2
 4. Chefe da Divisão de Transporte (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 5. Chefe da Divisão de Conservação e Urbanismo (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Técnico em Telecomunicações 1
 Técnico em Edificações 1
 Técnico em Eletricidade 1
 Jardineiro 1
 Encanador 1
 Capiteiro 1
 Pedreiro 1
 Auxiliar de Pedreiro 1
 Vigilantes 7
 Soma 1 20 13
 Faxineiros 2
 Copeira 1
 Soma 3
 TOTAL 21 41 16

Quadro 11 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

Cargo Gratif. N. Superior
 (E)
 N. Médio
 (D)
 Terceiriz.
 Pró-Reitor CD2 1
 Secretária Executiva FG2 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 2 1
 Diretor de Ensino de Graduação CD4 1
 Assistente em Administração 1
 Assistente Social 1
 Soma 2 1
 Diretor Técnico de Ensino CD4 1
 1. Chefe da Divisão de Registro de Atividades Docentes (Assistente em Administr.)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 2. Chefe da Divisão de Vestibular FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 2 3
 Diretor de Adm. Escolar (Administrador) CD4 1
 1. Chefe da Div. de Matrícula e Registros Acadêmicos (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Diretor da Biblioteca Universitária (Bibliotecária)
 CD4 1
 Bibliotecária 1
 Assistentes em Administração 2
 Soma 2 2
 Faxineira 1
 Total 9 9 1

Quadro 12 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PRPE

Cargo Gratif. N. Superior
 (E1)
 N. Médio
 (D)
 Terceiriz.
 Pró-Reitor CD2 1
 Secretária Executiva FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 2 1
 Diretor de Pesquisa CD4 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 1
 Diretor de Pós-Graduação CD4 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 1
 Diretor de Extensão CD4 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 1
 Faxineira 1
 TOTAL 5 4 1

Quadro 13 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Humanas, Sociais e

Aplicadas -CHS

Cargo Gratif. N. Superior
(E)
N. Médio
(D)
Terceiriz.
Diretor CD3 1
Vice-Diretor CD4 1
Assistente de Direção (Secretária Exec.) FG2 1
Assistentes em Administração 3
Técnico em Tecnologia da Informação 1
Porteiros 2
Faxineiras 6
Copeira 1
Auxiliar de Serviços Gerais 1
Soma 3 4 10
Chefe do Departamento de Direito FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe do Departamento de História FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe do Departamento de Letras FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistentes em Administração 2
Técnico em Laboratório/Área (Línguas) 1
Soma 1 4
Chefe do Departamento Pedagogia FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe do Departamento Geografia FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe do Departamento
Administração
FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Docentes 150
Soma 150
Total 159 18 10

Quadro 14 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e da Terra -CTE

Cargo Gratif. N. Superior
(E)
N. Médio
(D)
Terceiriz
Diretor CD3 1
Vice-Diretor CD4 1
Assistente de Direção (Secretária
Executiva)
FG2 1
Assistentes em Administração 3
Técnico em Tecnologia da Informação 2
Técnicos em Laboratório/Área 12
Porteiros 2
Faxineiras 6
Copeira 1
Auxiliar de Serviços Gerais 1
Soma 3 17 10
Chefe Departamento de Engenharia de
Controle e Automação
FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe Departamento de Ciências da
Computação
FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)
FG3 1
Assistente em Administração 1
Soma 1 2
Chefe Departamento de Engenharia de
Produção e Sistemas
FG1 1
Chefe de Expediente (Assistente em
Administração)

PROJETO UFMM - Versão final

FG3 1
 Assistente em Administração 2
 Soma 1 3
 Chefe Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental
 FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Engenharia de Alimentos
 FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Física FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Matemática FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em FG3 1

Administração)
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Química FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Docentes 200
 Soma 200
 Total 211 34 9

Quadro 15 -Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde- CBS

Cargo Gratif. N. Superior
 (E)
 N. Médio
 (D)
 Terceiriz.
 Diretor CD3 1
 Vice-Diretor CD4 1
 Assistente de Direção (Secretária Execut.) FG2 1
 Assistentes em Administração 3
 Técnico em Tecnologia da Informação 1
 Técnicos em Laboratório/Área 6
 Porteiros 2
 Faxineiras 4
 Copeira 1
 Auxiliar de Serviços Gerais 1
 Soma 3 10 8
 Chefe Departamento de Enfermagem e Fisioterapia
 FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Biologia FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistentes em Administração)
 FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Docentes 75
 Soma 75
 Total 80 14 8

Quadro 16 -Quadro de Pessoal e Gratificações – CAMPUS 1 – RS

Cargo Gratif. N. Superior
 (E)
 N. Médio
 (D)
 Terceiriz.
 Diretor CD3 1
 Vice-Diretor CD4 1
 Assistente de Direção (Secretária Execut.) FG2 1
 Assistentes em Administração 3
 Técnicos em Tecnologia da Informação 2
 Técnicos de Laboratório/Área 3
 Porteiros 2
 Faxineiras 6
 Copeira 1
 Auxiliar de Serviços Gerais 1
 1. Chefe da Biblioteca (Bibliotecária) FG1 1
 Assistentes em Administração 2
 1. Chefe da Divisão de Manutenção e Conservação (Administrador)
 FG1 1
 Técnico em Edificações 1

PROJETO UFGM - Versão final

Técnico em Telecomunicações 1
 Eletricista 1
 Jardineiro 1
 Encanador 1
 Carpinteiro 1
 Pedreiro 1
 Vigilantes 3
 Soma 5 12 18
 Chefe Departamento de Design FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Dep. de Arquitetura e Urbanismo FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Turismo FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Depart. de Engenharia Florestal FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Chefe Departamento de Filosofia FG1 1
 Chefe de Expediente (Assistente em Adm) FG3 1
 Assistente em Administração 1
 Soma 1 2
 Docentes 125
 Soma 125
 Total 135 22 18

7.1.2 Criação de Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG)
 Os quadros abaixo (números 17 e 18) resumem a quantidade de cargos de direção e de funções gratificadas a serem criados para atender as necessidades da nova IFES.

Quadro 17 -Criação de Cargos de Direção (CD)

Código Quantitativo
 CD 1 01
 CD 2 04
 CD 3 05
 CD 4 20

Quadro 18 – Criação de Funções Gratificadas (FG)

Código Quantitativo
 FG 1 25
 FG 2 07
 FG 3 38
 FG 4 07

O Quadro 19, a seguir, fornece o total de docentes de 3º. Grau a serem contratados até o completo funcionamento da nova instituição de ensino.

Quadro 19 -Docentes

Cargo Quantitativo de
 vagas
 Docentes (3o Grau) 590
 TOTAL DE DOCENTES 590

Já no Quadro 20, na seqüência, resumem-se a quantidade e a categoria dos servidores, tanto de nível superior quanto de nível médio, necessárias para compor o quadro técnico-administrativo da UFGM.

Quadro 20 -Relação de cargos técnico-administrativos

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (D) TOTAIS
 Assistente em Administração 115
 Técnico em Telecomunicações 02
 Técnico em Edificações 02
 Técnico em Contabilidade 02
 Técnico em Tecnologia da Informação 06
 Técnico em Laboratório/Área 22
 TOTAL DE CARGOS – (D) 149
 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (E) TOTAIS
 Administrador 06
 Arquiteto 01
 Bibliotecário 03
 Auditor 01
 Contador 05
 Engenheiro Civil/Especialidade 02
 Engenheiro Eletricista 01
 Engenheiro de Segurança do Trabalho 01
 Assistente Social 02
 Jornalista 01
 Secretário Executivo 09
 Economista 03
 Analista de Tecnologia da Informação 04
 TOTAL DE CARGOS – (E) 39
 TOTAL (D+ E) 188

A seguir, no Quadro 21, tem-se a previsão de contratação de cargos terceirizados para completar o quadro de pessoal da nova universidade.

Quadro 21 -Relação de cargos terceirizados

PROJETO UFMM - Versão final

CARGOS TERCEIRIZADOS (CT) TOTAIS

Faxineiro 27
 Copeira 06
 Motorista 02
 Vigilante 12
 Porteiro 09
 Técnico em Eletricidade 01
 Jardineiro 02
 Encanador 02
 Carpinteiro 02
 Pedreiro 02
 Auxiliar de Pedreiro 01
 Auxiliar de Serviços Gerais 04
 TOTAL DE CARGOS – CT 70

O Quadro 22, apresenta um resumo totalizando o número de servidores da Universidade Federal da Mesomercosul -UFMM.

Quadro 22 -Quadro de Servidores da UFMM (1ª. Etapa) – Resumo

TOTAL DE DOCENTES 590
 TOTAL DE CARGOS (Nível Intermediário – D) 149
 TOTAL DE CARGOS (Nível Superior – E) 39
 TOTAL DE CARGOS (Terceirizados) 70
 TOTAL GERAL 848

ANEXO I

Área de abrangência da Mesomercosul

A Mesomercosul abrange 238 municípios situados na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, 130 municípios do Oeste de Santa Catarina e 47 municípios do Sudoeste do Estado do Paraná, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população total de aproximadamente quatro milhões de habitantes. A seguir, apresenta-se o mapa da Mesomercosul e a relação dos municípios que a integram e o Estado a que pertencem.

49

ANEXO II

Relação dos municípios que compõem a Mesorregião por Estado

Estado Município Área (Km²) *
 Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 PR Ampére 0 51,56 15.623
 PR Barracão 177,6 52,2 9.271
 PR Bela Vista da Caroba 148 30,43 4.503
 PR Boa Esperança do Iguaçu 152,3 20,4 3.107
 PR Boa Vista da Aparecida 263,4 31,98 8.423
 PR Bom Jesus do Sul 162,3 25,59 4.154
 PR Bom Sucesso do Sul 190,9 17,77 3.392
 PR Capanema 419 43,53 18.239
 PR Capitão Leônidas Marques 220,8 65,11 14.377
 PR Catanduvas 568,9 18,32 10.421
 PR Chopinzinho 983 20,9 20.543
 PR Clevelândia 703,6 26,06 18.338
 PR Coronel Domingos Soares 1.559,90 4,49 7.004
 PR Coronel Vivida 689,5 33,8 23.306
 PR Cruzeiro do Iguaçu 161,7 27,17 4.394
 PR Dois Vizinhos 418,9 76,36 31.986
 PR Enéas Marques 195 32,73 6.382
 PR Flor da Serra do Sul 258,5 19,57 5.059
 PR Francisco Beltrão 719,2 93,34 67.132
 PR Honório Serpa 531,5 12,97 6.896
 PR Itapejara d'Oeste 250,1 36,63 9.162
 PR Manfrinópolis 215,9 17,61 3.802
 PR Mangueirinha 1.027,00 17,29 17.760
 PR Mariópolis 231,8 25,96 6.017
 PR Marmeleiro 392 34,86 13.665
 PR Matelândia 650,9 22,04 14.344
 PR Nova Esperança do Sudoeste 202,9 25,91 5.258
 PR Nova Prata do Iguaçu 344,6 30,17 10.397
 PR Palmas 1.586,10 21,95 34.819
 PR Pato Branco 540,1 115,23 62.234
 PR Pérola d'Oeste 224,3 32,79 7.354
 PR Pinhal de São Bento 96,9 26,42 2.560
 PR Planalto 330,5 42,73 14.122
 PR Pranchita 226,5 27,64 6.260
 PR Realeza 354,9 45,15 16.023
 PR Renascença 446,1 15,6 6.959
 PR Salgado Filho 181,3 29,44 5.338
 PR Salto do Lontra 327,5 38,95 12.757
 PR Santa Isabel do Oeste 321,9 36,38 11.711

50

Estado Município Área (Km²) *
 Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 PR Santo Antônio do Sudoeste 324,5 55,07 17.870
 PR São João 371,8 30,14 11.207

PR São Jorge d'Oeste 382,2 24,35 9.307
 PR Saudade do Iguaçú 151,3 30,46 4.608
 PR Sulina 168,1 23,31 3.918
 PR Três Barras do Paraná 509,1 23,22 11.822
 PR Verê 324,8 26,85 8.721
 PR Vitorino 294 21,38 6.285
 RS Água Santa 352,8 11,7 4.127
 RS Ajuricaba 335,3 22,99 7.709
 RS Alecrim 320,1 26,51 8.487
 RS Alegria 175,2 30,63 5.367
 RS Alpestre 324,9 31,6 10.266
 RS Alto Alegre 110,6 19,32 2.137
 RS Ametista do Sul 75,9 97,68 7.414
 RS André da Rocha 333,2 3,34 1.113
 RS Anta Gorda 240,3 26,33 6.327
 RS Aratiba 341,9 20,81 7.116
 RS Arvorezinha 278,3 36,87 10.262
 RS Augusto Pestana 388,5 21,04 8.173
 RS Áurea 159,1 24,44 3.889
 RS Barão de Cotegipe 294,6 23,51 6.927
 RS Barra do Guarita 67,4 44,32 2.987
 RS Barra do Rio Azul 142,6 16,93 2.414
 RS Barra Funda 64,1 34,8 2.231
 RS Barracão 526,7 10,62 5.592
 RS Barros Cassal 648,2 17,51 11.347
 RS Benjamin Constant do Sul 132,6 20,57 2.727
 RS Boa Vista das Missões 185,7 11,78 2.188
 RS Boa Vista do Buricá 108,7 60,6 6.587
 RS Bom Jesus 2.633,80 4,56 12.014
 RS Bom Progresso 82,8 34,19 2.831
 RS Bossoroca 1.598,20 4,85 7.757
 RS Braga 130,5 32,17 4.198
 RS Cacique Doble 206 23,16 4.770
 RS Caibatê 374,6 19,34 7.243
 RS Caiçara 189,4 29,46 5.580
 RS Camargo 137,8 18,13 2.498
 RS Cambará do Sul 1.159,10 5,9 6.840
 RS Campestre da Serra 539 5,88 3.170
 RS Campina das Missões 227,9 30,78 7.014
 RS Campinas do Sul 450,9 18,31 8.258
 RS Campo Novo 222,9 30,15 6.721
 RS Campos Borges 180 21,03 3.785
 RS Cândido Godói 247,2 28,69 7.092
 RS Carazinho 909,9 65,82 59.894

51

Estado Município Área (Km²) *

Densidade

Demográfica

2000 (Hab/Km²)

População

Total 2000

RS Carlos Gomes 84,1 22,73 1.912
 RS Casca 270,8 31,17 8.440
 RS Caseiros 240 12,08 2.899
 RS Catuípe 612,6 16,65 10.198
 RS Centenário 133,7 23,39 3.127
 RS Cerro Grande 74,7 34,82 2.601
 RS Cerro Largo 174,6 72,54 12.665
 RS Chapada 695,6 14,01 9.746
 RS Charrua 199,3 18,98 3.783
 RS Chiapeta 397,5 11,27 4.481
 RS Ciríaco 277,8 18,91 5.252
 RS Colorado 284,7 14,3 4.072
 RS Condor 465,6 13,94 6.491
 RS Constantina 278,5 41,89 11.667
 RS Coqueiros do Sul 257,4 10,47 2.695
 RS Coronel Barros 161,8 15,17 2.454
 RS Coronel Bicaco 494,6 17,05 8.435
 RS Coxilha 421,1 7,07 2.979
 RS Crissiumal 364 41,7 15.180
 RS Cristal do Sul 96,8 29,69 2.874
 RS Cruz Alta 2.436,00 29,25 71.254
 RS David Canabarro 174,8 27,12 4.740
 RS Derrubadas 365,4 10,17 3.715
 RS Dezesseis de Novembro 216 15,94 3.444
 RS Dois Irmãos das Missões 249,8 9,47 2.365
 RS Dois Lajeados 123,3 26,15 3.224
 RS Doutor Maurício Cardoso 253,3 24,99 6.329
 RS Engenho Velho 73,7 28,96 2.134
 RS Entre Rios do Sul 118,6 29,44 3.491
 RS Entre-Ijuís 552,9 17,55 9.702
 RS Erebangó 157,3 19,22 3.023
 RS Erechim 763,2 118,38 90.347
 RS Ernestina 294,2 13,4 3.941
 RS Erval Grande 285,1 19,81 5.647
 RS Erval Seco 345,5 26,56 9.177
 RS Esmeralda 1.282,30 4,31 5.521
 RS Esperança do Sul 146,3 25,67 3.755
 RS Espumoso 887,5 18,24 16.185
 RS Estação 96,7 64,41 6.228
 RS Eugênio de Castro 421,4 7,86 3.313
 RS Faxinalzinho 143,8 20,33 2.923
 RS Floriano Peixoto 162,5 14,53 2.361
 RS Fontoura Xavier 576,1 19,91 11.473
 RS Fortaleza dos Valos 689,6 7,37 5.079
 RS Frederico Westphalen 264,5 101,17 26.759
 RS Gaurama 201,1 31,78 6.391

Estado Município Área (Km²) *
 Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 RS Gentil 183,7 9,64 1.771
 RS Getúlio Vargas 286 57,72 16.509
 RS Giruá 827,4 22,66 18.749
 RS Gramado dos Loureiros 141,7 17,95 2.543
 RS Guabiju 147,5 11,86 1.749
 RS Guaporé 312,7 64,16 20.064
 RS Guarani das Missões 292,6 30,72 8.990
 RS Horizontina 231,2 76,55 17.699
 RS Humaitá 142,5 36,69 5.228
 RS Ibiaçá 398,2 13,14 5.233
 RS Ibiraiaras 316,3 22,65 7.163
 RS Ibirapuitã 375 13,79 5.170
 RS Ibirubá 625,4 29,79 18.633
 RS Ijuí 907,5 86,46 78.461
 RS Ilópolis 115,4 36,87 4.255
 RS Independência 353,1 20,7 7.308
 RS Inhacorá 113,2 21,01 2.378
 RS Ipê 601 9,08 5.456
 RS Ipiranga do Sul 159,9 12,86 2.057
 RS Irai 200 46,25 9.250
 RS Itapuca 184,4 14,59 2.691
 RS Itatiba do Sul 215,3 24,39 5.252
 RS Jaboticaba 128,8 35,22 4.536
 RS Jacutinga 224,4 18,93 4.248
 RS Jaquirana 917,5 5,25 4.814
 RS Jóiá 1.246,30 6,65 8.284
 RS Lagoa dos Três Cantos 135,8 11,98 1.627
 RS Lagoa Vermelha 1.778,90 16,77 29.833
 RS Lagoão 384,2 15,87 6.098
 RS Lajeado do Bugre 73,6 33,46 2.463
 RS Liberato Salzano 249,9 26,31 6.574
 RS Machadinho 333,5 17,18 5.728
 RS Marau 611,6 46,37 28.361
 RS Marcelino Ramos 230 26,56 6.108
 RS Mariano Moro 102,8 24,07 2.474
 RS Mato Castelhano 245,2 10,01 2.454
 RS Maximiliano de Almeida 215,9 26,17 5.651
 RS Miraguaí 129,6 38,84 5.034
 RS Montauri 70,6 23,85 1.684
 RS Monte Alegre dos Campos 552,2 5,51 3.040
 RS Mormaço 146,3 16,64 2.435
 RS Muitos Capões 1.192,50 2,4 2.867
 RS Muliterno 112,8 15,67 1.768
 RS Não-Me-Toque 378,9 38,04 14.413
 RS Nicolau Vergueiro 157,1 11,53 1.812
 RS Nonoai 459 27,93 12.822

Estado Município Área (Km²) *
 Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 RS Nova Alvorada 149,4 18,45 2.757
 RS Nova Araçá 54,3 59,59 3.236
 RS Nova Bassano 225,5 34,75 7.836
 RS Nova Boa Vista 96,1 23,12 2.222
 RS Nova Candelária 98,4 29,3 2.883
 RS Nova Prata 259,1 70,8 18.344
 RS Nova Ramada 256 10,64 2.723
 RS Novo Barreiro 123,8 31,24 3.867
 RS Novo Machado 223,1 21,15 4.718
 RS Novo Tiradentes 73,7 32,73 2.412
 RS Paim Filho 175,6 27,51 4.831
 RS Palmeira das Missões 1.549,80 24,64 38.192
 RS Palmitinho 144,4 48,08 6.943
 RS Panambi 491,4 66,36 32.610
 RS Parai 121,2 49,67 6.020
 RS Passo Fundo 759,4 221,83 168.458
 RS Pejuçara 414,7 10,1 4.189
 RS Pinhal 72,6 34,48 2.503
 RS Pinheirinho do Vale 105,9 39,51 4.184
 RS Pirapó 274,8 12,19 3.349
 RS Planalto 237,3 47,63 11.302
 RS Pontão 524,3 7,45 3.904
 RS Ponte Preta 106,3 20,25 2.153
 RS Porto Lucena 230,9 27,71 6.398
 RS Porto Mauá 106,5 26,31 2.802
 RS Porto Vera Cruz 114,5 21,52 2.464
 RS Porto Xavier 269,1 41,58 11.190
 RS Protásio Alves 172,4 12,25 2.112
 RS Putinga 218,4 21,2 4.629
 RS Quinze de Novembro 228 15,71 3.582
 RS Redentora 310 28,54 8.846
 RS Rio dos Índios 237,1 19,83 4.702
 RS Rodeio Bonito 81,6 70,48 5.751
 RS Ronda Alta 419,8 23,94 10.051
 RS Rondinha 259,2 23,56 6.107
 RS Roque Gonzáles 365,2 21,36 7.799
 RS Sagrada Família 77,4 34,21 2.648

RS Saldanha Marinho 220,7 14,48 3.195
 RS Salto do Jacuí 827,6 15,65 12.948
 RS Salvador das Missões 97,4 27,36 2.665
 RS Sananduva 505,1 29,19 14.744
 RS Santa Bárbara do Sul 958,6 10,44 10.003
 RS Santa Rosa 488,4 133,12 65.016
 RS Santo Ângelo 676,6 113,43 76.745
 RS Santo Antônio das Missões 1.687,10 7,52 12.691
 RS Santo Antônio do Palma 126,1 17,5 2.207

54

Estado Município Área (Km²) *

Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 RS Santo Antônio do Planalto 207,5 9,64 2.001
 RS Santo Augusto 417,7 34,54 14.426
 RS Santo Cristo 362,6 41,06 14.890
 RS Santo Expedito do Sul 125,5 21,38 2.683
 RS São Domingos do Sul 81,2 34,86 2.831
 RS São Francisco de Paula 3.333,60 5,92 19.725
 RS São João da Urtiga 171,3 28,77 4.929
 RS São Jorge 116,2 24,74 2.875
 RS São José das Missões 96,3 31,15 3.000
 RS São José do Herval 101,5 24,93 2.530
 RS São José do Inhacorá 77,3 31,07 2.402
 RS São José do Ouro 317,4 22,21 7.051
 RS São José dos Ausentes 1.175,40 2,64 3.104
 RS São Luiz Gonzaga 1.594,20 24,81 39.553
 RS São Martinho 167,6 37,71 6.321
 RS São Miguel das Missões 1.383,40 5,55 7.682
 RS São Nicolau 508,5 12,6 6.406
 RS São Paulo das Missões 238,6 30,12 7.187
 RS São Pedro do Butiá 105,8 27,05 2.862
 RS São Valentim 152,3 26,98 4.109
 RS São Valentim do Sul 96,4 22,2 2.140
 RS São Valério do Sul 115,8 22,67 2.625
 RS Sarandi 342,8 52,98 18.162
 RS Seberí 303,7 37,37 11.349
 RS Sede Nova 117,7 27,26 3.208
 RS Selbach 177,6 27,37 4.861
 RS Senador Salgado Filho 147 19,91 2.927
 RS Serafina Corrêa 161,6 67,41 10.894
 RS Sertão 443,8 16,82 7.466
 RS Sete de Setembro 145,1 16,24 2.357
 RS Severiano de Almeida 162,8 25,51 4.153
 RS Soledade 1.209,00 24,59 29.727
 RS Tapejara 315,1 47,97 15.115
 RS Tapera 182,4 57,92 10.564
 RS Taquaruçu do Sul 76,9 37,98 2.921
 RS Tenente Portela 341,6 41,99 14.343
 RS Tiradentes do Sul 233,3 32,13 7.497
 RS Três Arroios 150,9 20,83 3.144
 RS Três de Maio 424,2 56,9 24.136
 RS Três Palmeiras 175,8 26,28 4.620
 RS Três Passos 273,8 90,05 24.656
 RS Trindade do Sul 269,9 21,94 5.922
 RS Tucunduva 175,9 35,84 6.305
 RS Tunas 218,1 19,76 4.310
 RS Tupancí do Sul 142,2 12,15 1.728
 RS Tuparendi 308,5 30,93 9.542

55

Estado Município Área (Km²) *

Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 RS Ubiretama 126,9 21,1 2.677
 RS União da Serra 128,4 14,86 1.908
 RS Vacaria 2.105,00 27,24 57.341
 RS Vanini 63,8 29,58 1.887
 RS Viadutos 271,4 22,43 6.087
 RS Vicente Dutra 195,1 31,41 6.128
 RS Victor Graeff 267,3 14,68 3.924
 RS Vila Lângaro 154,8 14,71 2.277
 RS Vila Maria 184,7 22,59 4.173
 RS Vista Alegre 76,7 39,06 2.996
 RS Vista Alegre do Prata 116 13,95 1.618
 RS Vista Gaúcha 82,4 33,07 2.725
 RS Vitória das Missões 260,6 15,27 3.979
 SC Abdon Batista 198 14,02 2.775
 SC Abelardo Luz 1.037,70 15,84 16.440
 SC Água Doce 1.321,20 5,18 6.843
 SC Águas de Chapecó 139,1 41,57 5.782
 SC Águas Frias 76,9 32,83 2.525
 SC Alto Bela Vista 104,2 20,13 2.098
 SC Anchieta 229,9 31,03 7.133
 SC Arabutã 131,1 31,73 4.160
 SC Arroio Trinta 112,3 31,08 3.490
 SC Arvoredo 91,3 25,25 2.305
 SC Bandeirante 147,3 21,57 3.177
 SC Barra Bonita 62,4 33,94 2.118
 SC Belmonte 93 27,83 2.588

SC Bom Jesus 68,6 29,83 2.046
 SC Bom Jesus do Oeste 67,2 31,99 2.150
 SC Brunópolis 336,6 9,9 3.331
 SC Caçador 1.000,40 63,3 63.322
 SC Caibi 178,2 35,66 6.354
 SC Calmon 634,9 5,46 3.467
 SC Campo Erê 458,4 22,59 10.353
 SC Campos Novos 1.634,70 17,57 28.729
 SC Capinzal 224,8 88,77 19.955
 SC Catanduvas 196,8 42,13 8.291
 SC Caxambu do Sul 143,5 36,68 5.263
 SC Chapecó 625,4 235 146.967
 SC Concórdia 807,7 78,07 63.058
 SC Cordilheira Alta 84,7 36,52 3.093
 SC Coronel Freitas 234,8 44,87 10.535
 SC Coronel Martins 99,9 23,9 2.388
 SC Cunha Porã 217,8 46,97 10.229
 SC Cunhataí 55,3 32,95 1.822
 SC Curitibaanos 953,6 37,82 36.061
 SC Descanso 286 31,92 9.129

56

Estado Município Área (Km²) *

Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 SC Dionísio Cerqueira 377,1 37,79 14.250
 SC Entre Rios 105,4 27,11 2.857
 SC Erval Velho 231,7 18,42 4.269
 SC Faxinal dos Guedes 280,3 38,41 10.767
 SC Flor do Sertão 65,2 24,72 1.612
 SC Formosa do Sul 95,5 28,53 2.725
 SC Fraiburgo 435,5 75,66 32.948
 SC Frei Rogério 157,2 18,9 2.971
 SC Galvão 131,2 32,28 4.235
 SC Guaraciaba 348,6 31,66 11.038
 SC Guarujá do Sul 99,5 47,2 4.696
 SC Guatambu 206,3 22,79 4.702
 SC Herval d'Oeste 213 94,1 20.044
 SC Ibiam 147,2 13,28 1.955
 SC Ibicaré 166,4 21,56 3.587
 SC Iomerê 111,8 22,84 2.553
 SC Ipira 150,3 33,13 4.979
 SC Iporã do Oeste 184,3 42,74 7.877
 SC Ipuação 259,1 23,63 6.122
 SC Ipumirim 239,9 28,79 6.907
 SC Iraceminha 158,9 28,9 4.592
 SC Irani 318,9 26,97 8.602
 SC Irati 79 27,87 2.202
 SC Ita 166,1 40,72 6.764
 SC Itapiranga 286,1 48,93 13.998
 SC Jaborá 188 22,31 4.194
 SC Jardinópolis 67,2 29,67 1.994
 SC Joaçaba 240,6 100,02 24.066
 SC Jupia 91,5 24,26 2.220
 SC Lacerdópolis 69,1 31,45 2.173
 SC Lajeado Grande 66,9 23,5 1.572
 SC Lebon Régis 990,7 11,79 11.682
 SC Lindóia do Sul 190,3 25,63 4.877
 SC Luzerna 116,7 47,75 5.572
 SC Macieira 235,8 8,06 1.900
 SC Maravilha 169 109,59 18.521
 SC Marema 99,7 26,59 2.651
 SC Matos Costa 371,8 8,62 3.204
 SC Modelo 95,7 41,07 3.930
 SC Mondai 215,5 40,5 8.728
 SC Monte Carlo 166,7 51,46 8.579
 SC Nova Erechim 63 56,24 3.543
 SC Nova Itaberaba 135,7 31,36 4.256
 SC Novo Horizonte 151,4 20,48 3.101
 SC Ouro 209,5 35,41 7.419
 SC Ouro Verde 201,5 11,67 2.352

57

Estado Município Área (Km²) *

Densidade
 Demográfica
 2000 (Hab/Km²)
 População
 Total 2000
 SC Paial 85 24,14 2.052
 SC Palma Sola 314,4 26,1 8.206
 SC Palmitos 347,8 46,1 16.034
 SC Paraíso 183 26,21 4.796
 SC Passos Maia 589,7 8,08 4.763
 SC Peritiba 96,8 33,37 3.230
 SC Pinhalzinho 134,4 91,93 12.356
 SC Pinheiro Preto 66,7 40,91 2.729
 SC Piratuba 149 39,01 5.812
 SC Planalto Alegre 61,1 40,13 2.452
 SC Ponte Alta 558,7 9,25 5.168
 SC Ponte Alta do Norte 384,1 8,39 3.221
 SC Ponte Serrada 569,8 18,53 10.561
 SC Presidente Castelo Branco 70,2 30,77 2.160
 SC Princesa 88,6 29,49 2.613

PROJETO UFMM - Versão final

SC Quilombo 283,7 37,84 10.736
 SC Rio das Antas 343,3 17,85 6.129
 SC Riqueza 191,6 26,96 5.166
 SC Romelândia 237,7 27,31 6.491
 SC Saltinho 153,6 27,32 4.196
 SC Salto Veloso 102 38,33 3.910
 SC Santa Cecília 1.175,80 12,59 14.802
 SC Santa Helena 80,7 32,07 2.588
 SC Santa Terezinha do Progresso 113,2 30,18 3.416
 SC Santiago do Sul 74,2 22,86 1.696
 SC São Bernardino 210,4 14,92 3.140
 SC São Carlos 158,2 59,19 9.364
 SC São Cristóvão do Sul 350,8 12,84 4.504
 SC São Domingos 384,9 24,79 9.540
 SC São João do Oeste 161,6 35,82 5.789
 SC São José do Cedro 261,2 52,37 13.678
 SC São Lourenço d'Oeste 361,3 54,38 19.647
 SC São Miguel da Boa Vista 71,9 28,07 2.018
 SC São Miguel d'Oeste 236,2 136,85 32.324
 SC Saudades 200,2 41,58 8.324
 SC Seara 316,3 52,12 16.484
 SC Serra Alta 91,2 36,51 3.330
 SC Sul Brasil 113,3 27,5 3.116
 SC Tangará 459,8 19,04 8.754
 SC Tigrinhos 58,1 32,32 1.878
 SC Treze Tílias 177,8 27,22 4.840
 SC Tunápolis 133,8 35,7 4.777
 SC União do Oeste 88,4 38,36 3.391
 SC Vargeão 151,4 23,29 3.526
 SC Vargem 396,8 8,13 3.225
 SC Vargem Bonita 307,5 16,77 5.158

58

Estado Município Área (Km²) *

Densidade

Demográfica

2000 (Hab/Km²)

População

Total 2000

SC Videira 378,4 109,91 41.589

SC Xanxerê 381,4 98,14 37.429

SC Xavantina 212 20,77 4.404

SC Xaxim 294,2 77,69 22.857

SC Zortéa 297,8 8,84 2.633

Mesorregião Grande Fronteira do

Mercosul

6.523,00 43,45 283.419

Fonte: *IBGE, Diário Oficial da União, **IBGE, CENSO 2000

ANEXO III

Aspectos Econômicos e Sociais que Caracterizam a Mesorregião GF do
Mercosul

Contextualização da Região e seus Campos de Forças

Que identidades estão presentes da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul?

O estudo das dinâmicas recentes da hierarquia urbana mostra que os diversos modelos que anteriormente explicavam o processo de organização e de hierarquia urbana (desde os modelos clássicos de equilíbrio geral nas redes urbanas aos modelos de desequilíbrio entre centros urbanos e regiões, aos sistemas de cidades como estruturadores e organizadores do espaço de uma região à especialização das cidades) foram superados, não sendo mais capazes de explicar as significativas mutações atuais.

A diminuição das barreiras espaciais inscreve as cidades num sistema urbano global, primeiramente reduzindo a importância da hierarquia em favor das relações de complementaridade e sinergias entre aglomerações e muitas vezes provocando intensificação das relações entre centros de mesmo nível em função de fluxos de alguns setores econômicos.

No Brasil atual, são fluxos de bens; informações e pessoas entre centros metropolitanos e médias aglomerações que assumem maior importância para a compreensão do sistema urbano.

Este processo diversifica o modelo, singularizando pelo menos dois tipos de relações: as tradicionais relações verticais, do centro-periferia ao lado de relações horizontais, que crescem aceleradamente em regiões que estão integradas aos fluxos financeiros e de produção globalizados.

A região em estudo apresenta simultaneamente estes dois modelos relacionais. O mapa 1 territorializa este processo.

No início da década de 1990, três pólos metropolitanos (São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro) podiam ser vistos como os motores dos processos de desenvolvimento, atraindo os setores produtivos mais dinâmicos e movimentando em sua direção fluxos populacionais. Cidades de menor porte, no entanto, conseguiram se consolidar e constituir um sistema, de uma certa maneira, hierarquizado, mantendo as relações verticais, articulando-se em seus hinterlands imediatos.

Foi exatamente este o resultado do processo de urbanização, especialmente em território brasileiro: estas metrópoles, hoje mundiais, são acompanhadas de metrópoles nacionais (La Plata, Montevideu, Assunção, respectivamente na Argentina, Uruguai e Paraguai; Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande e Belo Horizonte no Brasil) e uma infinidade de cidades de menor porte, muitas delas capitais estaduais.

Apreciando a situação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul neste contexto, a

PROJETO UFMM - Versão final

mesma, inserida no hinterland destas duas metrópoles mundiais, pode beneficiar-se das novas interações resultantes da crescente circulação entre estes centros de dinamismo, usufruir suas importantes redes logísticas, assumindo funções complementares, ou então vivenciar outro processo, caracterizado como efeito túnel, transformando-se em zonas de exclusão no interior do espaço de articulações entre estes centros. Esta Mesorregião poderá, portanto, incrementar relações privilegiadas com países vizinhos, além de fortalecer suas próprias articulações internas.

Outros importantes centros urbanos também se localizam nas proximidades da Mesorregião, as aglomerações urbanas não-metropolitanas, Florianópolis e Londrina, e as duas metrópoles nacionais (Curitiba e Porto Alegre), segundo o IPEA (2000). No interior desta Mesorregião, as densidades da população variam de média a alta (entre 40 e 424) e se constituem no limite norte/noroeste de uma grande zona de densidades mais baixas (Mapa 2) englobando tanto o sul do Rio Grande do Sul como os departamentos fronteiriços da Argentina e do Paraguai. Se a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul intensificar as articulações de proximidade com os centros urbanos importantes que a rodeiam, procurando formas de se diferenciar funcionalmente, aproveitando-se da condição de centro sub-regional que Chapecó detém, poderá tornar-se atrativa para a população destes espaços limítrofes, valorizando suas heranças culturais, sua produção agrícola diversificada e capacidade de transformação industrial instalada.

Do ponto de vista das conexões, das comunicações viárias entre a Mesorregião e seu entorno imediato (Mapa 3), ela se encontra também no espaço central de uma densa rede rodoviária, interligando o Brasil com seus parceiros do Mercosul e com as metrópoles nacionais e centros regionais. Ainda que a maior densidade rodoviária seja mais litorânea, os interflúvios entre o Rio Paraná e o Uruguai são bem servidos. Através destas outras rodovias é possível a ligação entre Florianópolis, Chapecó, Foz do Iguazu, em direção mais a noroeste-oeste com Assunção e Santiago e a cidade portuária de Santo Antônio, no Chile, ou para o sudoeste, com Rosário e Buenos Aires. Os atuais fluxos de produtos podem, por conseguinte, ser beneficiados com infra-estruturas localizadas nesta Mesorregião, sobretudo porque o projeto de Corredor Bioceânico Atlântico é prioridade dos governos brasileiro e chileno.

Conforme o IPEA (2000:36), a integração econômica do Mercosul e a intensificação das relações comerciais entre os países participantes têm ampliado o papel de algumas cidades de fronteiras, as quais vivenciam forte crescimento urbano, gerando conturbações com a conseqüente formação de aglomerações internacionais.

Do ponto de vista dos grandes conjuntos da vegetação natural (Mapa 4), a Mesorregião está também numa zona de transição entre conjuntos que se estendem sobre países vizinhos. Situa-se principalmente no ecossistema da Floresta Mista Tropical, originalmente revestida pela Mata de Araucárias que se estende pelas regiões dos planaltos basálticos orientais da bacia do Rio Paraná. Situa-se também próxima de dois dos mais importantes ecossistemas do continente, os Campos Temperados conhecidos como "campanhas gaúchas" e os Cerrados e, portanto, na junção dos domínios tropicais e temperados do continente. A partir do início do século XX, a atividade madeireira, o uso da Araucária (inclusive para a construção civil) e as políticas incitativas da agricultura provocaram a substituição da floresta. A expansão da fronteira agrícola transformou a região, a vegetação nativa foi totalmente modificada, a Araucária praticamente desapareceu e, a partir daquele período, as áreas de cultivo de grãos, de produção de milho e soja foram consolidadas.

Outro contexto que pode ser analisado refere-se a um vetor de extrema importância para

o crescimento econômico e sua melhor distribuição social -o das redes de energia constituídas pelas centrais hidrelétricas e térmicas e suas conexões - expressas por meio de diversas linhas elétricas, de capacidades diferenciadas. Este vetor tem uma configuração densa e espacialmente desconcentrada nas regiões Sul e Sudeste, com as diversas redes atravessando todo o seu território, um outro pólo formado pelas hidrelétricas do rio São Francisco e um novo eixo norte-sul, recentemente construído pelo Linhão e o conjunto de hidrelétricas no rio Tocantins, conectando Itaipu ao Sudeste.

Quase toda a Amazônia ocidental é desconectada desta rede, sendo servida unicamente por um conjunto isolado de centrais térmicas, localizadas nas capitais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. A importante rede de hidrelétricas existente nas proximidades e na própria Mesorregião faz dela um local fornecedor de energia elétrica para outras regiões brasileiras, notadamente o Sudeste (Mapa 5).

Apesar de ser uma área bem servida pela rede de estradas asfaltadas e algumas ferrovias (Mapa Seis), a mesma não tem sido contemplada no âmbito do Programa Avança Brasil e das propostas prioritárias da carteira de investimentos sugeridas ao setor privado, nem o foi no contexto do programa Brasil em Ação (Mapa 7) Assim, esta Mesorregião não é beneficiada pela construção de novas infra-estruturas, nem pela melhoria das rodovias, o que a deixa isolada dos vetores ligados aos grandes fluxos no contexto do Mercosul. (Mapa 09 Portfólio de investimentos).

6 - Rede de transportes

As Especificidades da Região Sul : seu "Lugar", seu Peso Econômico e Político.

Com o objetivo de dimensionar como se comporta a Mesorregião e caracterizá-la frente ao país, foram selecionados alguns indicadores sociais, econômicos, financeiros e de estrutura agrária.

Que destaques positivos podem ser vistos? E quais os aspectos menos favoráveis?

Um indicador relacionado às finanças municipais -transferências (receitas orçamentárias realizadas correntes) de Imposto Territorial Rural -tem a maior participação relativa; no entanto, as transferências realizadas do Fundo de Participação dos Municípios são extremamente baixas, menores do que é o seu valor devido. Enfatiza-se, com isto, a autonomia financeira das municipalidades, já que dependem pouco da solidariedade nacional e podem contar mais com recursos baseados no próprio valor da terra.

Dois aspectos destacam-se por meio deste método comparativo, ressaltando a Mesorregião como um dos espaços geográficos brasileiros de predominância de população rural e de pequenas propriedades agrárias: a magnitude da população rural dos municípios em 2000 é ainda bastante elevada no contexto nacional, assim como o número de estabelecimentos agrários com área entre 10 e 100 hectares.

A participação do pessoal empregado em empresas locais é também bastante significativa frente ao país, também como a qualidade do abastecimento de água, haja vista a proporção de domicílios ligados à rede de abastecimento.

O valor da produção animal se destaca frente ao valor total da produção agrícola. O aspecto dentro da produção animal que merece ser ressaltado é o efetivo de suínos.

Tradicionalmente, esta região se destaca em relação ao número de cabeças desse rebanho.

Porém, considerando-se a coleta de informações em dois anos diferentes (1996 e 1999) verifica-se uma redução da proporção dos rebanhos entre os dois períodos, indicando uma dinâmica da criação de suínos que pode também estar se deslocando em direção a outras regiões brasileiras acompanhando a dinâmica migratória.

Vale ainda mencionar como se comporta a distribuição dos estabelecimentos industriais.

Segundo o Cadastro de Empresas do IBGE, 1998, o número de empresas aí localizadas é mediano, porém um quadro de maior densidade é destacado pelo indicador do número de registros de indústrias por 10 000 habitantes, induzindo à constatação da existência de uma notável especialização industrial, notadamente nos municípios do norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina. O Mapa 09 coloca em evidência tais aspectos e incita ao questionamento a respeito da possibilidade de transformar esta presença no mote do desenvolvimento local: há uma capacidade instalada e mão-de-obra que pode ainda se especializar e melhor se qualificar. Este vetor já é perceptível em Santa Catarina, onde vem ocorrendo um processo de estruturação empresarial movido pela aquisição de unidades produtivas já existentes e pela implementação de novas plantas vinculadas à complementaridade de cadeias produtivas (IPEA: 45)

09-Estabelecimentos Industriais

No estado do Rio Grande do Sul, a concentração da indústria e serviços está localizada no eixo Porto Alegre – Caxias, o que provoca o aparecimento de desigualdades inter-regionais.

O mapa das indústrias de transformação mostra adensamento na Mesorregião, confirmando especialmente a análise do IPEA (2000), caracterizando este tipo de atividade como consolidada e com um percentual de médio a alto. Assim, intensificar e valorizar a existência deste aspecto, acompanhada do investimento na diversificação da economia, com a devida requalificação da mão-de-obra, pode ser um dos eixos de alavancagem do desenvolvimento futuro.

10 – Indústria de Transformação

O IPEA (2000:39-50) destaca também que, entre as 100 maiores empresas no Estado do Paraná, 22 são cooperativas que participam intensamente do processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização do produto agrícola. As atividades do grupo agroindustrial são as principais responsáveis pela dinâmica da economia no interior do estado; as maiores densidades industriais localizam-se no norte e na região metropolitana de Curitiba, sendo os municípios que fazem parte da Mesorregião detentores dos menores índices de indústrias por 10.000 habitantes, conforme ressalta o Mapa 10, dos estabelecimentos industriais.

A mesorregião do IBGE -Oeste Catarinense -espaço de predominância dos grupos agroindustriais -é um dos três principais complexos de atividades do setor industrial dentro do estado de Santa Catarina. Localizam-se em Chapecó, Concórdia, Videira e Caçador, alguns dos principais grupos nacionais do setor agroindustrial que atuam diversificadamente na produção, como: Sadia, Chapecó, Perdigão, Ceval, mantendo uma estreita integração com pequenos e médios produtores. Empresas fortes neste setor, algumas já se instalaram no estado do Mato Grosso, envolvidas nos processamentos da soja.

No Estado do Rio Grande do Sul, o eixo dinâmico da agroindústria no Norte-Noroeste do estado é liderado pelas cidades de Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Rosa, Panambi, Cruz Alta, Ijuí.

Desviando-se da análise da agroindústria para a agricultura, e também para a estrutura fundiária, visto ser este um aspecto que a sustenta, verifica-se que os pequenos proprietários dedicados ao desenvolvimento da lavoura predominam nesses municípios, contrastando com o Sul do estado formado, basicamente, de uma sociedade de grandes proprietários ocupados com a produção de carne e lã. Os pequenos proprietários produtores de grãos são também uma especificidade desta Mesorregião, considerando que foi com a migração desta cultura para o Norte do país, que a mesma passou a ser desenvolvida em grandes propriedades.

12 – Grandes, Médias e Pequenas Propriedades

No entanto, refazendo-se a análise do mesmo processo para a escala local da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a primeira avaliação que pode ser feita, quando se

consideram os estabelecimentos agrícolas existentes em 1975 e 1996, é a pulverização que vem ocorrendo nesta Mesorregião, já que, apesar da diminuição do número de propriedades, o seu tamanho médio diminuiu. A Mesorregião apresenta uma concentração de pequenas propriedades rurais que sofreram problemas advindos de diversas causas, sobretudo da falta de inovação tecnológica que possibilitasse uma melhor inserção de seus produtos e serviços nos mercados locais, regionais e nacionais. A variação da proporção de estabelecimentos com mais de 2000 hectares entre os anos de 1985 e 1996 é também bastante reduzida. Cabe perguntar: que condições terão estas propriedades de continuarem produtivas se não houver investimento tecnológico e capacitação dos recursos humanos?

12 – Estabelecimentos Agrícolas

Ao analisar o que produzem esses estabelecimentos, distinguindo aqueles que se

PROJETO UFMM - Versão final

consagram à pecuária, à exploração agropecuária e à produção leiteira, as configurações territoriais são distintas. De um lado, enquanto as fazendas destinadas à produção animal ocupam quase a totalidade do território nacional (excetuando os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Amapá), concentrando um número maior de propriedades (porém menores) na região Nordeste, o valor da produção, ao contrário, concentra-se no Sul, especialmente na área da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, expandindo-se pelos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

13 – Mapa agropecuária

Uma especificidade forte da região é a associação, no mesmo estabelecimento agrícola, da agricultura e da pecuária, um caso raro, uma vez que só ocorre em duas regiões do país: no Nordeste (maior porcentagem nos estados do Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí) e no Sul, principalmente na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

14 – Região Sul – lavouras permanentes e temporárias

Ressalta-se, desta maneira, um dos aspectos expressivos da situação da região: o seu lugar no sistema de cidades e nas suas áreas de influência.

No atual contexto brasileiro, além dos vetores já mencionados, outros fatores contribuem para esta dinâmica espacial. A constituição e transformação de vilas e povoados em sedes de novos municípios atuam de maneira determinante no crescimento e na melhoria destes núcleos.

Ao ampliar a capacidade da infra-estrutura física e criar melhorias no atendimento a serviços cada vez mais sofisticados, estes novos locus do poder municipal reestruturam seus espaços de influência, reorganizam suas redes de relações, tornam-se pólos mais competitivos, alteram seu poder de polarização. Atualmente, são cerca de 1100 municipalidades incluídas no

nível quatro de centralidade, segundo o estudo do IPEA (2000), distribuídas por todo o território nacional. A dinâmica dos novos centros e a estruturação de suas áreas de influência estão retratadas no Mapa 15, e a competição espacial entre os quatro primeiros níveis, sobretudo, em áreas de maior densidade urbana é bastante forte. São Paulo continua exercendo

o nível máximo de centralidade, mantendo-se como única metrópole nacional, cuja influência se faz sentir até na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, disputando com Florianópolis e tornando mais reduzida a sua área de atração.

Ao singularizar-se a centralidade muito forte da tipologia do IBGE no estudo Regiões de Influência das Cidades -REGIC, verifica-se a expansão da polaridade de São Paulo nacionalmente, exercendo, nas outras cidades e capitais, uma influência fortemente restrita aos limites fronteiriços de seus estados.

Em 1993, as únicas cidades da região Sul, conforme esta classificação do IBGE, que detinham o grau de centralidade máxima eram Porto Alegre e Curitiba. Em segundo nível, foram classificadas Florianópolis (SC), Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria (RS), Londrina e Maringá (PR).

Assinala-se também que o maior número de cidades de centralidade muito forte encontrasse no Sudeste, a maioria delas no estado de São Paulo, seguindo-se por igual número nos estados do Nordeste e na região Sul; somente duas na região Norte, e apenas Brasília na Região Centro-Oeste. A competição espacial, as rivalidades regionais, superpõe a centralidade exercida por São Paulo àquelas das cidades de médio porte existentes no interior do estado e no Triângulo Mineiro (Uberlândia), dividindo seu espaço de influência com as outras cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 2000, o IPEA amplia a classificação incorporando novas categorias como as de aglomerações pré-metropolitanas (Florianópolis), aglomerações urbanas de maior porte e de menor porte. Na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, foram categorizadas como Aglomerações Descontínuas as cidades de Ijuí, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Passo Fundo, Carazinho e Erechim (RS), Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Concórdia e Joaçaba (SC) e, como Eixos Articulados, as cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos (PR).

15 – Área de Influência das Cidades

Como não se pode esperar que o IBGE se empenhe em uma nova pesquisa deste tipo, pesada e cara, em curtos períodos, pode ser útil recorrer a simulações que dêem idéia das zonas de atração teórica, utilizando algoritmos derivados da lei de gravitação. Supõe-se que a atração de uma cidade, como aquela de um planeta, é função de sua massa e inversamente proporcional ao quadrado de sua distância. Os resultados obtidos em tais simulações são próximos àqueles que foram obtidos nas pesquisas, com a vantagem adicional de, ao se fazer a alteração da variável utilizada para representar a "massa", poder-se experimentar diferentes tipos de atração.

Os resultados apresentados no Mapa 16 confirmam a extensão da zona de atração de São Paulo e de suas principais concorrentes, o mesmo valendo para a densa rede de cidades do Sul. No entanto, fundamentada sobre uma variável mais específica (os empregos efetivos no comércio atacadista), ela mede de maneira mais precisa uma atração particular que é a marca das cidades de nível mais elevado. O mapa faz aparecer que toda a Mesorregião está dentro do raio de atração direta de São Paulo, praticamente sem intermediários; Cascavel tem um raio de ação extremamente limitado; Foz do Iguaçu volta-se para o exterior, em direção ao comércio com o Paraguai e não na direção do interior da região, e a parte catarinense da Mesorregião não possui nenhum centro polarizador interno.

16 – Área de atração do comércio atacadista

Áreas com Flagrantes Desigualdades Existentes e os Pontos de Estrangulamento

Numa análise espacial que busca destacar em sua abordagem os campos de força e potencialidades, de um lado, e os pontos de estrangulamento e desigualdades, do outro, é importante salientar os aspectos mais significativos para cada um dos pólos. Tendo já abordado os pontos positivos para a Mesorregião, é preciso identificar quais vetores podem ser inibidores do desenvolvimento local, utilizando-se de algumas variáveis.

Estes fatores inibidores do desenvolvimento não são apenas de caráter local, mas, muitas vezes, podem estar ligados a políticas nacionais, que ao reforçar incentivos em uma determinada região geográfica, podem provocar a exclusão de espaços adjacentes. Começamos pela análise da não-inserção da região em Programas Nacionais, expressos nos Mapas 17, segundo Becker e Egler, e Mapa 18. Estes Programas Nacionais foram selecionados como referência de planejamento de base territorial. Evidentemente, no intervalo entre os Planos Nacionais dos anos de governos militares e os planos Brasil em Ação e Avança Brasil dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, houve planos e programas governamentais de desenvolvimento; todavia, a retomada não apenas do planejamento territorial, mas do investimento em regiões deprimidas ou dinâmicas, não foi ainda suficiente para alterar significativamente o status quo.

Os antigos Programas de Integração Nacional de décadas pretéritas (1970 a 1985) não consideraram a necessidade de investir na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, provavelmente porque a mesma não era vista nem no contexto da necessidade de integração e nem como espaço a mercê do desenvolvimento. Aquela época, as Superintendências Regionais de Desenvolvimento – SUDAM, SUDENE, SUDESUL e SUDECO, respectivamente da

Amazônia, do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste -eram encarregadas da promoção do desenvolvimento regional, como forma de integração ao mercado nacional.

Vários programas especiais foram formulados, contando com as facilidades de obtenção de recursos internacionais e parcialmente implantados. As áreas de atuação da SUDESUL concentraram-se no Norte do Paraná – com o core em cidades como Londrina e Maringá; no litoral sul de Santa Catarina, envolvendo o porto de Tubarão e Criciúma, e no sul do Rio Grande do Sul, nas zonas de Uruguaiana, Santa Maria e Pelotas. As municipalidades integrantes da atual Grande Fronteira do Mercosul não foram beneficiadas, nem àquela época e nem no Programa Brasil em Ação (1995-1999). Os “motores do crescimento”, identificados como referência para a seleção e implantação de projetos prioritários de infra-estrutura econômica em todo o país, somente incorporaram como fatores dinâmicos da Mesorregião a agroindústria nas áreas de Panambi, Passo Fundo e Erechim.

17 – Programas Econômicos de Integração Nacional

O Ministério da Integração Nacional no Governo do Presidente Lula está implementando ações no sentido de fortalecer o desenvolvimento das regiões tidas como depressivas e com potencial de sustentabilidade; em consequência disto, foi criada a Secretaria de Programa Regional (SPR). Na região Sul, tem como objetivo :

- Estimular a participação e a capacidade organização social como fatores de desenvolvimento regional pela mobilização e articulação de instituições e atores da sociedade civil local ;
- Incentivar o fortalecimento da base sócio-econômica e regional por meio da diversificação da base produtiva de geração de emprego e renda, do adensamento de cadeias produtivas e manejo sustentável dos recursos naturais;
- Implementar outros programas , projetos e ações da secretaria em âmbito local, micro ou mesorregional ,em áreas com vulnerabilidade econômica e social; e
- Implementar , acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento sociais na faixa de fronteira , no âmbito da região Sul .

18 – Motores de Desenvolvimento

O fato de ter grande parte do seu território excluído das grandes prioridades das políticas nacionais citadas cria fatores restritivos e marginalizadores, podendo acentuar ainda mais outras dinâmicas que vêm ocorrendo na Mesorregião, fortalecendo, a cada dia que passa, a sua condição de “região perdedora”, alijada do processo de desenvolvimento e das possibilidades de competição no mundo atual. Neste contexto, a prioridade e o contínuo

aprimoramento estabelecidos pelo MI no PROMESO – Programa das Mesorregiões Diferenciadas são fundamentais para a modificação do quadro atual.

Outro indicador de grande importância para a atual era da globalização é a estrutura dos fluxos através das redes técnicas. A organização das redes de circulação de mercadorias, de distribuição de energia elétrica e de comunicações é indicador de modernização do território.

Dados de computadores, imagens de TV, conversas telefônicas cruzam o mundo via cabo ou satélite e geram efeitos importantes nos acessos a partes distantes do globo ou interação rápida entre regiões remotas. Desta maneira, o traçado das redes depende da organização do território que atravessam, das características tecnológicas e da operatividade de cada meio e constituem, de acordo com Egler (2000), um dos instrumentos essenciais, por parte do estado, para o domínio do seu espaço geográfico.

A rede nacional de telecomunicações, baseada no sistema de microondas, interliga os maiores aglomerados urbanos visando à circulação rápida de informações a longa distância. Suas principais artérias, formadas pelas estações receptoras de sinais de satélites, de fibras óticas e de microondas e suas respectivas redes, revelam a inexistência de um único nó, um único ponto de recepção na Mesorregião, colocando-a em situação semelhante àquela da maior das regiões deprimidas do país – o Semi-Árido, a Zona da Seca. Ela se situa assim como um dos dois únicos vazios identificados em todo o território brasileiro.

As três principais redes estruturadoras da informação beneficiam outras áreas do país:

- 1) o litoral, espaço mais antigo de ocupação consolidado, onde estão implantados todos os tipos de estações e redes;
- 2) um novo eixo – a espinha dorsal -cortando de norte a sul os estados de Tocantins e Goiás e conectando desde Belém a Porto Alegre, passando por São Paulo;
- 3) um eixo que começa a ser implantado em direção à Amazônia, ligando, de um lado, Cuiabá a Brasília e, de outro, Cuiabá a Belém, passando por Porto Velho, Manaus e Macapá.

19 – Redes Transmissoras de Informação

Ao incorporar à análise espacial alguns aspectos demográficos e considerar como elemento de dinamismo a evolução da população, pode-se identificar algumas características particulares nesta Mesorregião. O primeiro dos indicadores – ganhos da população urbana – mostra que o crescimento das cidades mesorregionais é relativamente mediano, em termos absolutos, em comparação ao ocorrido nas demais áreas urbanas brasileiras. Contrastando com este aspecto mesorregional, destacam-se as regiões metropolitanas, pré-metropolitanas e aglomerados urbanos, especialmente os litorâneos e as capitais estaduais. À exceção destas, ao tomar-se as outras categorias de cidades, pode-se considerar que os maiores ganhos ocorreram nas cidades interioranas nas diversas regiões brasileiras.

O segundo indicador – perdas da população total – merece um olhar mais atento, visto que, nas outras quatro grandes regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, ocorreram pequenas perdas. A região Sul foi a única onde as perdas foram significativas, especialmente em municípios da Mesorregião e em alguns outros localizados no Centro-Oeste do estado do Paraná.

20 – Perdas e Ganhos de População 1980 a 2000

O foco de atenção deve ser dirigido particularmente às perdas da população rural, pois é com relação a este indicador que a região Sul também se torna singular, destacando-se os municípios do Oeste da Mesorregião, próximos à fronteira do país. Estarão estas perdas ainda ligadas aos grandes movimentos migratórios em direção à Amazônia Legal dos anos 1980 ou ao Paraguai? Ou, então, estes fluxos começam agora a se dirigir para outras regiões mais dinâmicas?

Em razão da grande importância dos fluxos em diversos campos, a geografia regional atual inclui também as análises dos mesmos como variáveis que podem refletir a intensidade destas relações inter-regionais e interurbanas. Suas configurações são capazes de dar um retrato da dinâmica regional. A ausência desta dinâmica pode também intensificar um quadro geral de perda de vitalidade e fragilidade.

No caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, apesar da existência de diversos aeroportos instalados, eles não se constituíram como infra-estruturas de grande porte, tendo sido classificados na terceira categoria, sendo apenas um de segunda categoria. Da mesma

maneira, a densidade dos fluxos em 2001 é marcada por valores situados entre 863 e 865 passageiros, ou seja, terceira e quarta densidades em relação ao Brasil, encontrando-se completamente excluída dos fluxos superiores a 50 mil passageiros.

Por outro lado, as ligações intra-regionais demonstram e fortalecem o aspecto que a Grande Fronteira do Mercosul tem, na verdade, uma perspectiva muito local. A falta de conexões com áreas dinâmicas do território brasileiro, a ausência de fluxos importantes de passageiros reforçam este caráter local.

21 – Fluxos de Passageiros em 2001

Outro aspecto, no qual a Mesorregião se distingue, está relacionado ao quadro global dos estudos formais. Tomando-se as estatísticas do Censo Educacional 2000 do INEP/MEC, selecionou-se quatro, entre os inúmeros indicadores relativos aos anos de estudo comparado ao universo de pessoas com idade superior a quatro anos e aos componentes da família que freqüentam escolas, considerando-os representativos de aspectos singulares da Mesorregião.

A Mesorregião destaca-se quando são considerados os percentuais de nível de escolaridade e população total de cada município. Pessoas que possuem entre 4 e 7 anos de estudo (no âmbito da população igual ou maior a 4 anos de idade) constituem entre 45 e 67%.

Parece um alto percentual, embora o número absoluto dessas populações municipais seja relativamente baixo.

Por outro lado, tem-se uma imagem invertida – como se fosse o seu negativo – ao levar-se em conta o número de pessoas com mais de 15 anos de estudo. Destaca-se um efetivo bastante reduzido e porcentagens insignificantes (apenas de 0 a 14%) da população que avançou nos estudos até concluir sua formação universitária.

22 – Anos de Estudo

Ao se analisar o indicador relacionado com os componentes da família com mais de quatro anos de idade freqüentando a escola, o primeiro aspecto a considerar é que a amplitude das categorias é relativamente baixa – já que a variação dos efetivos concentra-se entre 14,59 e 35,67%. O segundo aspecto diz respeito à distribuição espacial dessa população, que, neste caso, apresenta uma concentração maior de estudantes por família no Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, contrastando com a menor presença de alunos/família no Norte do Rio Grande do Sul.

Questionamentos podem ser levantados quanto a este indicador: teria a população dos municípios mesorregionais do Rio Grande do Sul já concluído seus estudos? Em que nível escolar foram concluídos? Ao comparar este indicador com a espacialização da população com

mais de 15 anos de estudo (Mapa 29), poucos são os municípios afetados, ao contrário, verifica-se a ocorrência de um número maior de população com 4 a 7 anos de estudo.

23 – Membros da Família na Escola

Algumas Particularidades da Mesorregião Diferenciada

Após a análise de contextualização de alguns vetores sócio-econômicos que particularizaram a Mesorregião frente à situação brasileira, é fundamental promover uma apreciação que tome como ponto de partida um "zoom" na região Sul e suas relações internas com as municipalidades mesorregionais. Assim, ao focalizar os comportamentos internos, alguns indicadores podem também refletir particularidades importantes.

PROJETO UFORM - Versão final

É o caso, por exemplo, da participação da Mesorregião na agricultura nacional. Tradicional região de pequenas propriedades destaca-se quanto ao tipo de produção. Considerando-se as lavouras permanentes e temporárias entre os anos de 1985 e 1996, houve um decréscimo do volume produzido nas lavouras temporárias e uma aparente manutenção dos volumes das permanentes. Internamente, os municípios da Mesorregião também se diferenciam, em especial os do estado do Rio Grande do Sul, que mantiveram, no período

estudado, um grande volume de lavouras temporárias, enquanto que os municípios catarinenses e paranaenses perderam produção.

Outros indicadores, vinculados ainda à agropecuária, destacam também a Mesorregião.

Observa-se a concentração da produção animal e a diversificação de produtos não apenas da suinocultura, como também da bovinocultura. No aspecto monetário, o valor da produção animal não é o mais importante, mas a sua distribuição espacial densa mostra que a mesma se expande para praticamente todos os municípios. O efetivo de suínos (a mesorregião é um dos únicos lugares de produção no Brasil), assim como a produção de leite, ocorrem praticamente nas mesmas zonas e de maneira concentrada. A comparação com o número de unidades locais de transformação industrial, Mapa 11, demonstra que cada unidade familiar funciona como uma unidade geradora de renda, ainda que possa não ser geradora de empregos.

24 – Região Sul, Lavouras 1985 e 1996

25 – Aspectos Populacionais

Integração ao Mercosul

Em 1992 (quando foi formulado pelo GIP Reclus o estudo de consolidação das linhas de força na América latina, referido na página 1), o Mercosul iniciava sua estruturação; o território da atual Mesorregião não poderia se beneficiar da integração, uma vez que se situava no ângulo

morto entre os pólos do desenvolvimento e as zonas de fragilidade continentais. Atualmente, perspectivas se abrem para este território mesorregional e serão mais promissoras se estiverem voltadas à conquista do mercado dos países fronteiriços, justificando, assim, sua denominação “Grande Fronteira do Mercosul”.

26 – Linhas de Força Continental

Outros vetores tornam-se importantes, colocando a Mesorregião numa posição favorável dentro do continente sul-americano. A Mesorregião localiza-se no espaço de influências e densas articulações entre São Paulo, Buenos Aires e Santiago, e no eixo pioneiro

para o Leste do Paraguai, situando-se em um dos eixos do processo de integração do continente sul-americano.

Ao se analisar a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul com relação ao continente sul-americano, evidencia-se que a sua situação tornou-se mais promissora. Situada no eixo principal do continente, em contato com as regiões centrais do Brasil e da Argentina, ela deixa de pertencer à “periferia”. Simultaneamente, ela é circundada pelas conexões e redes físicas de transportes rodoviário e hidroviário, estando nas proximidades de importantes eixos continentais. Desta maneira, a Mesorregião parece estar, atualmente, em melhores condições de fortalecer os laços de integração com países do Mercosul

Mapa 27 – A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul nos Campos de Força da América do Sul

Identidade Cultural na Formação da Mesorregião

A composição de um quadro sócio-cultural da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, além de reunir elementos históricos e culturais que caracterizam o território dessa nova regionalização, torna evidentes alguns aspectos relevantes para o processo de implementação de um novo modelo de gestão. Neste sentido, uma atenção especial será dada à discussão da cultura, identidade regional e capital social. Pretende-se, com isto, mostrar até que

ponto tais categorias estão imbricadas e como o conhecimento a seu respeito pode contribuir para o fortalecimento de uma identidade regional, aspecto este fundamental do novo paradigma de planejamento regional.

O Norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná formam a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, agregando ao todo 415 municípios. Por se tratar de uma política regional ainda em fase de implantação, uma nova metodologia se impõe. Optou-se por trabalhar com dados gerais de cada estado, no sentido de identificar traços em comum ou divergentes para depois proceder a uma pesquisa mais específica, das características sociais e culturais das sub-regiões que compõem a Mesorregião.

Os dados recolhidos na reconstituição da colonização dos três estados serão confrontados com algumas categorias e questionamentos teóricos sobre a importância do tema proposto: identidade cultural / regional.

Síntese Histórica da Colonização dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina

Desde os primórdios da sua colonização, o Rio Grande do Sul desempenhou duas funções importantes. Sua localização, no Extremo Sul da colônia sul-americana, ajudava a garantir a presença portuguesa junto às áreas de ocupação espanhola. A outra seria sua consolidação como fornecedor de alimentos e outros bens para as demais regiões do país, posição que afirmará cada vez mais a partir do século XX, quando o Rio Grande do Sul passa a ser considerado o celeiro do Brasil.

A chegada dos jesuítas no início do século XVII na região formada pelos atuais estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e pela Argentina e Paraguai, fundando as Missões Jesuíticas,

PROJETO UFMM - Versão final

foi de extrema importância no destino desta região. Por se tratar de jurisdição independente das coroas portuguesa e espanhola, as Missões acabaram por serem desmanteladas, mas deixaram uma herança inestimável que seria a base da economia do Rio Grande do Sul: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos. Data de 1726 o começo de uma ocupação sistemática por parte dos portugueses, na maioria proveniente das ilhas dos Açores. Eles se concentraram em terras próximas ao que hoje corresponde à área metropolitana. Os portugueses estavam acostumados a pequenas propriedades e às formas de cultura próprias a estas extensões de terras. Mas acabaram por se adaptar às estâncias que já constituíam a célula básica da comunidade gaúcha.

Aos poucos o charque se tornou o principal produto de exportação do Rio Grande. Mudanças no cenário econômico nacional iriam também provocar transformações no Rio Grande. O país, que tinha se afirmado como exportador de produtos agrícolas e grande importador de manufaturados, pretendia mudar este quadro. A ideia era estimular a produção local com a introdução de mão-de-obra estrangeira, supostamente mais qualificada que a servil. Esta empresa contou com a oposição dos senhores de escravos que temiam que os trabalhadores livres fossem um mau exemplo. Os proprietários de escravos, que se concentravam mais nas porções Norte e Nordeste do país, conseguiram impedir o envio de trabalhadores livres para os seus domínios. Desse modo, uma grande leva de imigrantes se instala na região Sul do Brasil, na época, à margem do grande eixo econômico, no centro do país.

Os alemães, os primeiros a chegarem, se fixaram nos arredores da capital gaúcha. As levadas de imigrantes se sucederam e aos poucos transformaram o perfil do Rio Grande. Eles introduziram o artesanato em uma escala nunca antes vista e estabeleceram laços comerciais com seus países de origem, que terminaram por beneficiar o Rio Grande do Sul.

Data de 1875 o início da imigração italiana, que encontrando os arredores da capital já completamente explorados, terminam por adentrar a região serrana. Assim, o pólo industrial rio grandense situa-se entre a capital e Caxias do Sul. Neste último século, a economia do Rio

Grande do Sul sofreu uma evolução expressiva. A agricultura se modernizou e a indústria passou a ocupar um lugar significativo. O eixo Porto Alegre – Caxias se transformou na área de maior concentração industrial do estado. No Vale dos Sinos se desenvolveu a indústria calçadista, que por longo tempo se tornou o carro chefe da exportação da indústria brasileira de manufaturados. A região de colonização se transformou numa grande fornecedora de peças e componentes para a indústria automobilística nacional.

O crescimento industrial não significou, contudo, o abandono da agricultura. Na região Norte do Rio Grande do Sul, o processo de ocupação do território só se iniciou, realmente, no começo do século XIX que coincidiu com o ápice da colonização italiana. Na virada do século XIX para o século XX, o estado já contava com uma boa rede ferroviária, uma rede telegráfica, um sistema bancário organizado e a navegação fluvial a vapor encontrava-se bastante desenvolvida. Todos esses elementos facilitavam bastante a comunicação entre os diferentes pontos da província, e permitiam uma atividade econômica mais sólida e organizada – o que contribuiu para a ocupação do Norte do Rio Grande que apresentava, até então, baixas taxas de densidade demográfica e ainda dispunha, sobretudo na região do Alto Uruguai, de grandes extensões de terras devolutas.

Hoje, a região conta com uma densidade demográfica equiparada à do estado, ou seja, 37 hab/km², enquanto a do Rio Grande fica em 36,4 hab/km².

A maioria das cidades que compõem esta parte do Rio Grande, apresentam uma pequena população, sendo Erechim uma das maiores e mais representativas da região, cuja participação no PIB é a maior de todo o Norte do estado. Devido à forma e às condições da ocupação do seu território, que se deu tardiamente em relação ao resto do Rio Grande, o Norte exibe características diversas do resto do estado. A população que povoou estas terras era na sua maioria constituída de migrantes, que, encontrando as outras regiões do estado já exploradas, vinha à procura de novas oportunidades no Norte do Rio Grande. A região é composta em sua maioria por pequenas propriedades, não só pela presença maciça de imigrantes italianos, alemães que de alguma forma mantinham a tradição que traziam de suas terras natal, como também pelo fenômeno de multiplicação de municípios, muito frequente nesta época de consolidação do povoamento da região, o que obrigava a dividir o território com as novas municipalidades, deixando assim menos terrenos disponíveis por família. Estes caracteres da ocupação se perpetuam até hoje e identificam a região. Na época da ocupação, mais de 90% das unidades agrárias eram administradas pelos seus proprietários. Os índices apontavam que a mão-de-obra assalariada não chegava a 6% na região, sendo este número acrescido durante a colheita. As características atuais preponderantes na região mostram um caráter essencialmente agrícola mesmo em áreas mais populosas (como Erechim, considerada a capital do trigo). Ainda predomina em todo o Norte a lavoura temporária como milho, trigo e soja.

Santa Catarina

Santa Catarina representa 1,12% do território nacional. Este pequeno estado teve uma colonização marcada inicialmente pela imigração açoriana, que ocupou as faixas litorâneas do seu território. Somente por volta de 1738 viria a se emancipar de São Paulo, quando é oficialmente criada a capitania de Santa Catarina. Várias correntes migratórias se sucederam na ocupação e colonização de Santa Catarina, dando forma a uma diversidade cultural bastante rica e expressiva. Os grupos mais significativos de imigrantes são os alemães e os italianos, mas conta-se também com a presença de outras etnias como os belgas, irlandeses, poloneses, austríacos, romenos, holandeses, espanhóis, e mais recentemente, os japoneses.

O período de chegada dos imigrantes começa no século XVIII e se estende até 1940. Ao contrário dos açorianos, estes grupos étnicos adentraram para o interior, sendo responsáveis

pela colonização do Oeste. Os imigrantes, na sua maioria, fixados em pequenas e médias propriedades, dedicados à pequena lavoura, distribuíram-se espacialmente de forma mais ou menos uniforme, o que faz com que Santa Catarina não apresente grandes concentrações populacionais, pois suas cidades são na sua maioria pequenas e médias, sem grandes diferenças de umas para as outras.

O estado hoje ocupa uma posição estratégica como centro geográfico da região Sul do país e do Mercosul, apresentando elevados níveis sociais, com uma economia bem desenvolvida. O Oeste de Santa Catarina, situado entre a BR-116 e a divisa com a Argentina, tem como marca a diversidade de etnias que ocupou efetivamente a região. Os italianos, em maior número, são responsáveis pelo surgimento das maiores cidades, como Chapecó, pólo regional no extremo Oeste. A cidade tem cerca de 146 mil habitantes e foi fundada somente em 1917, depois que o movimento revolucionário do Contestado, intervenção do governo federal para delimitar a divisa entre Santa Catarina e o Paraná, resultou na delimitação das fronteiras, ficando Chapecó do lado Oeste de Santa Catarina.

Há uma disparidade em relação a Chapecó e a grande maioria dos outros municípios

que formam a região oeste de Santa Catarina. O que se percebe, ao longo dos últimos anos, é um processo de centralidade em relação ao município sede (Chapecó) , e de emigração das cidades vizinhas que não conseguem manter especialmente a população jovem nas pequenas cidades. Um exame dos históricos destas municipalidades (site da AMOSC – Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina) traz informações gerais sobre cada cidade da região oeste, mostra que todas têm população abaixo dos dez mil habitantes, à exceção de São Miguel do Oeste, que possui 37 mil habitantes.

Outra peculiaridade observada aponta que a ocupação deste território se consolidou já no século XX pelo deslocamento de contingentes humanos, em sua maioria imigrantes italianos ou alemães, fixados anteriormente no Rio Grande do Sul. Os filhos dos imigrantes europeus já se encontravam em idade de casar e buscavam novas terras para se estabelecerem. Algumas revoluções que abalaram o Rio Grande também impulsionaram este movimento migratório dos gaúchos, em direção a Santa Catarina, chegando até o Paraná.

A extração do pinho, madeira muito abundante no Oeste catarinense, era uma das principais fontes de recursos. São Miguel do Oeste, município situado no Extremo Oeste da região, foi um dos pioneiros nessa atividade. As cidades cujos históricos foram examinados são as seguintes: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste.

Paraná

O processo de ocupação do Paraná só se consolidou nos meados do século XIX quando a província se desmembra de São Paulo. No século XVII, portugueses e paulistas haviam começado a ocupar a região, que até o século XVIII só contava com as vilas de Curitiba e Paranaguá. A base econômica da região era a pecuária. Logo após a conquista de sua autonomia, em 1853, teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos. Curitiba, que havia sido elevada à categoria de vila em 1693, adquire o estatuto de cidade praticamente às vésperas da emancipação do Paraná, tornando-se a capital da Província.

A partir de 1870, tem início a ocupação efetiva do território com a chegada de imigrantes europeus, em sua maioria alemães, poloneses e italianos que se estabeleceram em pequenas colônias, dedicando-se às atividades agrícolas e artesanais. Além desses grupos majoritários, também acorreram à região imigrantes japoneses, franceses, ingleses e suíços.

Como a região Norte do Rio Grande do Sul, o Sudoeste do Paraná também teve uma ocupação tardia, ocorrendo a partir de meados do século XIX. Somente por volta de 1924 é que

o governo federal começa a realizar obras, como a abertura de estradas, que iriam facilitar a ação colonizadora nesta parte do Paraná. Em 1946, tem início, através da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. (Maripá), propriedade de alemães e italianos, a venda de lotes urbanos e rurais que consolida assim o povoamento dessa região. A maior parte da população que se fixou no Sudoeste do Paraná veio do Rio Grande do Sul e de outros rincões do estado como Guarapuava e Ponta Grossa, mas os argentinos também estavam presentes. A grande atividade econômica era a exploração da erva-mate e a pequena agricultura era praticada em larga escala, como também a suinocultura. Litígios, envolvendo a posse das terras do Sudoeste do Paraná, terminaram por determinar a expulsão dos nativos, os chamados caboclos. A ação de firmas desonestas que vendiam terras sem fornecer escrituras, porque, na verdade, eram ilegais, forçou a expulsão dos habitantes nativos, os mais fracos neste equilíbrio de forças. Assim se consolida a ocupação gaúcha, com expressivo número de imigrantes estrangeiros. Barracão, Pato Branco, Francisco Beltrão são alguns dos municípios dessa região, com maiores contingentes populacionais apresentados pelo Oeste do Paraná.

A Identidade "Comum" entre os Três Estados

Esta segunda parte do presente estudo destaca as formas associativas mais importantes dos três segmentos regionais que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Sabe-se que as diversas modalidades de participação dos membros de uma sociedade na vida comunitária são expressões culturais que permitem o aparecimento e a consolidação do capital social, aqui entendido como características específicas da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas.

Trata-se, na verdade, da capacidade cívica de determinados grupos sociais. (PUTNAM:1996). Este caráter gregário seria também de vital importância, tanto quanto o fator econômico, para o desenvolvimento regional, na medida em que reforça as bases de competitividade, através da articulação dos atores sociais investidos da autoridade que lhes conferem as instituições em que estão inseridos, podendo assim interceder na formulação de políticas públicas destinadas àquelas comunidades.1 Para efeito dos objetivos deste estudo, o destaque vai ser dado aos COREDES -Conselhos Regionais de Desenvolvimento e às Universidades Regionais Comunitárias pela atuação de liderança que desempenharam ao longo de todo o processo de implementação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Estudos produzidos por instituições acadêmicas e governamentais gaúchas apontam que a região Norte do Rio Grande do Sul possui realmente um alto nível de capital social. As características mais destacadas são: pioneirismo, capacidade empreendedora e trabalho de iniciativa comunitária, espírito cooperativo, associativismo, parcerias e integração regionais e desenvolvimento do federalismo cooperativo.2 Pesquisa conjunta realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul "Labors" e a Assembléia Legislativa do Estado sobre o desenvolvimento regional, cultura política e capital social no Rio Grande, compartimentada por regiões, reforça esta afirmação e revela caracteres peculiares aos habitantes locais.

Na questão referente à indicação de agentes capazes de solucionar os problemas regionais, o Norte foi o segmento que registrou o percentual mais alto para a opção cidadãos. Ressalte-se ainda que o percentual agregado dos itens: sociedade civil, universidades e cidadãos foi de dez pontos superior ao observado nas demais regiões. O Norte se destaca também no quesito que trata do grau de identificação regional. De todas as regiões rio

grandenses , o Norte revelou-se como aquela cujos habitantes percebem suas comunidades como as que mantêm maior grau de afinidades culturais.

Como já foi mencionado anteriormente, existe uma relação estreita entre participação em associações e capital social. Neste sentido, o Norte se destaca como a região que apresenta percentuais mais elevados na questão que indaga sobre a participação em atividades dos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, alcançando 33,4% de respostas positivas.

PROJETO UFMM - Versão final

O sistema educacional do Norte do Rio Grande é bem estruturado, sendo constituído por redes públicas e privadas na educação básica, ensino médio e ensino superior; neste último, serão enfatizadas as Universidades Regionais Comunitárias, por dois aspectos: sua constituição inovadora e o papel que elas exerceram na institucionalização do processo mesorregional.

O Oeste de Santa Catarina, como o Norte do Rio Grande do Sul, também possui uma estrutura econômica voltada para a agropecuária e para a agroindústria, baseada na produção de grãos, sobretudo a soja. Destaca-se ainda a criação de suínos, bovinos para abate e aproveitamento industrial dos produtos. Concorre para isto uma estrutura de distribuição agrária predominantemente composta por pequenos e médios proprietários com características culturais que favorecem uma parceria proveitosa entre produtores e indústria. Quadro que não se reproduz mais em outras regiões de Santa Catarina, onde vêm ocorrendo mudanças que apontam para a substituição de pequenas e médias propriedades por grandes extensões destinadas ao plantio de milho e outras culturas, capitaneadas por grandes empresas. Este fenômeno afeta o Norte do Rio Grande e influi também no êxodo que começa a se verificar nestas regiões nas últimas décadas.

Contudo, a região registra uma organização social relativamente bem aparelhada que de algum modo é herança das condições da colonização. Sua ocupação tardia permitiu que o território fosse ocupado por imigrantes, em especial de origem alemã e italiana, que não encontraram mais extensas porções de terras, como no Nordeste do Brasil, o que acabou por gerar outro tipo de cultura associativa. Suas tradições adaptadas às heranças dos nativos indígenas, que não podem ser negligenciadas, notadamente na área do alto Uruguai, contribuíram assim para configurar uma identidade regional distinta que favorece imensamente a formação de capital social.

O estado de Santa Catarina conta com expressivo número de entidades que visam promover uma relação estreita entre a sociedade civil e setores do governo local. O objetivo é de gerar políticas públicas para a região, mais compatíveis e eficazes, porque seriam frutos dessa integração. Neste sentido, os órgãos de maior atuação são os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, que fazem parte das associações de municípios do estado.

O Oeste de Santa Catarina conta com várias dessas associações, merecendo destaque a AMOSC -Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, que atua em vinte cidades da região. Diversos setores da sociedade civil se acham aí representados, sendo os mais importantes os prefeitos municipais, os presidentes das Câmaras de Vereadores e dirigentes de órgãos públicos estaduais e federais atuantes na região.

A AMOSC foi fundada em 1968 e se apresenta como uma entidade de defesa dos interesses institucionais dos municípios. Ela presta serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico e institucional, sempre preocupada com a eficácia e transparência da administração pública municipal e o desenvolvimento regional sustentado. "Cabe registrar que as associações de municípios catarinenses contam com uma forte estrutura técnica de apoio e assessoramento às prefeituras, com profissionais contratados em caráter permanente, em contraste com as associações desse tipo existentes em outros estados, que se caracterizam predominantemente como órgãos de articulação política dos municípios. Além disso, em Santa Catarina existe, já há algum tempo, um entrosamento técnico e operacional efetivo entre as associações de municípios e a área de planejamento do governo do estado."

(Bandeira, 1999). Esta afirmação indica o relativo grau de desenvolvimento do capital social em Santa Catarina e na região Oeste.

Refletindo sobre o conceito de capital social em Putnam, Ricardo Abromovay reconhece que esta noção não enfatiza que a aquisição e acumulação do capital social é também, de certa forma, uma luta pelo poder que acarretará mudanças no equilíbrio de forças numa determinada comunidade. Neste sentido, ele chama a atenção para as diversas iniciativas regionais que buscam organizar as demandas da sociedade civil, visando uma intermediação entre grupos sociais e governo, que não são refratárias à concorrência.

Estas entidades criariam as condições mais adequadas para o funcionamento do mercado de forma menos nefasta para todos. Abromovay cita como um dos exemplos destas experiências as ações resultantes do Projeto Nova Itália no Sudoeste do Paraná (ABROMOVAY, 1998).

Tal projeto reúne um conjunto de entidades, sobretudo as diversas associações de municípios -com destaque para a atuação da AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste

do Paraná) -numa tentativa de aproveitamento do aparato institucional da região.

Os objetivos propostos são os seguintes:

- Promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses;
- Financiar intervenções envolvendo despesas correntes e de capital;
- Tornar-se instrumento de intermediação administrativo-financeira, a fim de compatibilizar as exigências das entidades de financiamento internas e externas às características sócio-econômicas e à capacidade dos municípios;
- Aplicar os recursos com eficiência e eficácia no fortalecimento técnico, administrativo e financeiro dos municípios;
- Gerir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado em dezembro de 1998.

Dados mais substanciais seriam necessários para uma avaliação detalhada do grau de participação efetiva da sociedade civil através destas iniciativas institucionalizadas e, por consequência, a aferição da presença do capital social no Sudoeste do Paraná. Apostar-se-ia, no entanto, na idéia, extensiva às outras regiões aqui estudadas, de que "estas experiências - cujo estudo crítico torna-se urgente em virtude de seu potencial e de sua rápida expansão - têm contribuído para o surgimento da noção de "sistema econômico local" que não significa isolamento, mas, ao contrário, abertura de novas oportunidades com base no aperfeiçoamento do tecido institucional de cada região" (ABROMOVAY, 1998).

Busca-se a construção de um novo sujeito coletivo de desenvolvimento capaz de promover uma articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. A breve reconstituição histórica dos três estados e das sub-regiões que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul permitiu indicar que estes segmentos regionais possuem características bem semelhantes do ponto de vista cultural. Viu-se que os moldes da colonização do Rio Grande do Sul foram reproduzidos nos outros estados, não só pelo pioneirismo do Rio Grande, que foi o primeiro do Sul a ser ocupado, mas também porque foram os gaúchos, filhos de imigrantes que, por sua vez, colonizaram o Oeste de Santa Catarina e o Oeste do Paraná. Necessidades de novas terras, determinadas pelo aumento da população, bem como pela chegada de novas correntes migratórias ocasionaram esta expansão gaúcha para os estados vizinhos, principalmente no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná que eram as áreas menos povoadas.

PROJETO UFMM - Versão final

Estas sub-regiões, aqui estudadas, são particularmente dotadas de similitudes, como se viu. Existe então identidade cultural nas regiões dos diferentes estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul ?

O conceito de cultura aqui utilizado servirá de fio condutor na resposta para esta indagação. Entende-se a cultura como a matriz em constante evolução, dos sentimentos e das

maneiras de perceber as coisas que caracterizam todas as comunidades em um dado momento. É interessante frisar a importância de se pensar a cultura de forma abrangente tal como a concebe o historiador francês Roger Chartier, que considera que ela não está acima ou ao lado das relações econômicas e sociais, e atenta para o fato de que não existem práticas que não estejam calcadas sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de suas existências. Um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos (CHARTIER:1989).

Pensando a cultura desta forma, pode-se inferir que há muitas afinidades entre os segmentos regionais que formam a Mesorregião. Elas foram determinadas por formações históricas semelhantes, gerando atividades econômicas também semelhantes, por contingentes populacionais semelhantes; no caso, os imigrantes europeus que terminaram por gerar formas também semelhantes de representações sociais e de capital social, merecendo destaque, no que concerne ao estágio de desenvolvimento do sentido participativo e associativista, os gaúchos primeiros ocupantes da região possuidores de heranças bem fortes para tanto. Foram os herdeiros do espírito revolucionário da república Guarani, no caso as Missões Jesuíticas.

Este espírito revolucionário se expressou desde cedo nas suas tentativas separatistas, sendo a mais importante a Revolução Farroupilha. Esta forte cultura gerou também um grau de percepção relativamente positivo de seus habitantes, um orgulho socialmente partilhado que contribui bastante para a fomentação do capital social na região. Por essa razão, projetos de desenvolvimento regional não devem desconsiderar a dimensão cultural. Uma expressão de uso corrente nas áreas catarinense e paranaense da Mesorregião revela bem o sentimento de identidade cultural: "somos todos gaúchos"

ANEXO IV

100